



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
COORDENAÇÃO DE GEOGRAFIA EAD
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

EDIVANIO LEITE DA SILVA

**TERRITÓRIO E POLÍTICA:
PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE
SERRA GRANDE - PB.**

**SERRA GRANDE - PB
2023**

EDIVANIO LEITE DA SILVA

**TERRITÓRIO E POLÍTICA:
PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE
SERRA GRANDE -PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - MONOGRAFIA) apresentado junto à coordenação do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Licenciado em Geografia.

Área de concentração: Geografia Política, Território.

Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

**SERRA GRANDE - PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586t Silva, Edivanio Leite da.
Território e política [manuscrito] : processo de formação territorial e emancipação política de Serra Grande - Pb / Edivanio Leite da Silva. - 2023.
64 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto , Departamento de Geografia - CH. "

1. Formação territorial. 2. Emancipação política. 3. Serra Grande. I. Título

21. ed. CDD 910.91

EDIVANIO LEITE DA SILVA

**TERRITÓRIO E POLÍTICA:
PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE
SERRA GRANDE - PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - MONOGRAFIA), apresentado no Curso de Licenciatura Plena em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto, na Universidade Estadual da Paraíba, através da Pró-Reitoria de Ensino, Médio, Técnico e Educação a Distância (EAD), em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura em Geografia.

Aprovado em: 21 / 06 / 2023

Banca Examinadora



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto UEPB/CH/DG
Orientador (Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)

Prof. Ms. Luciano Guimarães de Andrade UEPB/Polo EAD
Examinador (Mestre em Desenvolvimento Regional pela UEPB)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (UEPB/CH/DG)
Examinador (Doutorado em Geografia da UFRN)

Campina Grande - PB
Junho de 2023

Dedico este trabalho a Deus, que é o maior propulsor desta conquista, aos meus familiares, colegas de curso e aos cidadãos serragrandenses.

AGRADECIMENTOS

Eu, Edivanio Leite, agradeço a Deus por ter me iluminado em cada passo desta difícil conquista, por ter me alimentado de sabedoria e coragem nesta caminhada rumo a este sonho, que um dia enxergava com algo muito distante, mas graças ao todo poderoso Deus, hoje posso contemplar que isto é motivo de muito orgulho e felicidade.

Aos meus pais, Damião Job (In memory) e Margarida Leite, deixo aqui a minha eterna gratidão, pois nunca desistiram de mim, sempre me incentivaram a realizar os meus sonhos e projetos da forma mais honesta e justa possível, aqui lembro das diversas vezes que vocês me mostraram o quanto é importante ser uma pessoa de coração puro e afetuoso, que nunca devemos nos deixar ser seduzidos pelos caminhos que não nos levam a Deus, obrigado por ter me ensinado sobre a vida, sobre sempre tentar ser uma pessoa melhor.

Agradeço aos meus 10 (dez) irmãos que sempre me ampararam e cuidaram de mim, nunca mediram esforços para que eu chegasse até aqui, até o término desse curso e sempre me passaram valores que aprenderam ao longo dos tempos na escola da vida.

A tutora do curso Ana Santana de Araújo, a qual tenho uma imensa admiração, esta que contribuiu muito nesse processo, mostrando que podemos ser grandes, quando acreditamos e confiamos no senhor. Ao meu orientador, deixo a minha gratidão por todos os ensinamentos que me foram transmitidos e pela paciência tida comigo.

Portanto, ser grato é uma dádiva, é olhar a vida com os olhos cheios de amor e de reconhecimento pelas coisas boas que nos acontecem. Agradeço a todos do fundo do meu coração! Que a cada dia cresça em nós esta união e amor, que eu possa recompensá-los com muito trabalho para o nosso país e assim, poder contribuir para a construção de um mundo melhor. Muito obrigado!

RESUMO

A formação territorial e a emancipação política são de grande relevância para a história de um povo, no Brasil e na Paraíba houve um forte crescimento do número de municípios no período de 1950 – 1960, desse modo, o referido artigo tem como principal objetivo analisar como se deu o processo de emancipação política do município de Serra Grande na Paraíba. Para atingir o objetivo geral foi necessário caracterizar Serra Grande com aspectos geográficos relevantes, dissertar acerca do seu processo de formação territorial e descrever como ocorreu a transitoriedade da condição de distrito para o atual município de Serra Grande. O percurso metodológico se deu através de pesquisa documental e entrevistas. Na parte documental, foi usada a lei estadual nº 2619 de 13 de dezembro de 1961 e o documento de doação de terras que condicionaram a criação e o desenvolvimento de Serra Grande, a pesquisa foi realizada com pessoas acima de 70 e que possuem informações acerca do processo de formação do município ou que fez parte do processo. Os resultados foram satisfatórios e foi possível verificar que o processo de formação territorial do município não possui uma data específica de origem, o dado que se tem é do IBGE e é datado de 1768, através dos dados coletados, podemos afirmar que houve fatores relevantes para a formação territorial do município, como as atividades econômicas das feiras-livres, cana-de-açúcar e algodão, a religiosidade e os incentivos políticos da época. O município passou por diversas alterações do seu nome através de leis, sendo efetivamente desmembrado do município de Itaporanga em 13 de dezembro de 1961.

Palavras – chave: Formação territorial. Emancipação política. Serra Grande.

ABSTRACT

The territorial formation and the political emancipation are of great relevance for the history of a people, in Brazil and in Paraíba there was a strong growth in the number of municipalities in the period of 1950 - 1960, thus, the referred article has as main objective to analyze how the process of political emancipation of the municipality of Serra Grande in Paraíba took place. In order to achieve the general objective, it was necessary to characterize of Serra Grande with relevant geographical aspects, discuss its process of territorial formation and describe how the transience of the district condition for the current municipality of Serra Grande occurred. The methodological course took place through documentary research and interviews. In the documentary part, state law n° 2619 of December 13, 1961 and the land donation document that conditioned the creation and development of Serra Grande were used, the research was carried out with people over 70 and who have information about of the formation process of the municipality or that was part of the process. The results were satisfactory and it was possible to verify that the process of territorial formation of the municipality does not have a specific date of origin, the data that we have is from the IBGE and is dated 1768, through the collected data, we can affirm that there were relevant factors for the territorial formation of the municipality, such as the economic activities of open-air markets, sugar cane and cotton, religiosity and the political incentives of the time. The municipality underwent several changes of its name through laws, being effectively dismembered from the municipality of Itaporanga on December 13, 1961.

Keywords: Territorial formation. Political emancipation. Serra Grande.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma de classificação dos territórios.....	18
Figura 2 - Divisão política – administrativa da Paraíba em 1950.....	21
Figura 3 - Divisão política da Paraíba após o ano de 1962.....	22
Figura 4 - Divisão da Paraíba em município e mesorregiões no ano de 2016	23
Figura 5 - Localização de Serra Grande.....	27
Figura 6 - Brasão de Serra Grande/PB.....	28
Figura 7 - Bandeira de Serra Grande/PB.....	28
Figura 8 - Vista superior da cidade através de satélite.....	29
Figura 9 - Árvore Timbaúba A.....	33
Figura 10 - Árvore Timbaúba B.....	33
Figura 11 - Exemplo de engenho movido a boi.....	35
Figura 12 - Linha do tempo dos acontecimentos político de SG/PB.....	38
Figura 13 - Placa política administrativa de SG/PB de 1962 – 1988.....	41
Figura 14 - Rua João Silva Sobrinho antes.....	42
Figura 15 - Rua Vicente Leite de Araújo antes.....	42
Figura 16 - Rua João Silva Sobrinho atual.....	42
Figura 17 - Rua Vicente Leite de Araújo atual.....	42
Figura 18 - Rua Pedro dos Santos antes.....	43
Figura 19 - Rua Tomé Pereira dos Santos antes.....	43
Figura 20 - Rua Pedro dos Santos atual.....	43
Figura 21 - Rua Tomé dos Santos atual.....	43
Figura 22 – Cachoeiras naturais em Serra Grande/PB.....	44

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

Quadro 1 - Dados dos entrevistados.....	14
Quadro 2 - Governadores da Paraíba e criação de municípios.....	24
Tabela 1 - Criação de municípios na Paraíba nos anos 1950 – 1970.....	24

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
EAD	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PB	PARAÍBA
UEPB	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
SG	SERRA GRANDE

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	METODOLOGIA E REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	13
2.1	Materiais, método e técnicas de pesquisa.....	13
2.2	Elementos teóricos e conceituais.....	15
3	PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA PARAÍBA.....	20
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	26
4.1	Caracterização do município de Serra Grande.....	26
4.2	Processo de formação territorial.....	29
4.3	Formação administrativa e política de Serra Grande/PB.....	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICE A - ENTREVISTAS.....	50
	APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	51
	ANEXO - DOCUMENTO DE DOAÇÃO DE TERRAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro, tem-se que a fragmentação territorial, a delimitação dos territórios e as divisões políticas-administrativas teve início em meados dos anos 1534 e 1536, quando Dom João III criou as 14 capitanias hereditárias e distribuiu entre os donatários, logo em seguida houve também a distribuição das sesmarias, que eram terras doadas para o uso e ocupação (MARTINS, 2001). Levando em consideração a atual divisão administrativa, ele está organizado em 26 unidades federativas e um distrito federal. Dentro das unidades federativas há os municípios, que são unidades menores.

Os municípios, caracterizados por serem a fragmentação ou divisão de uma unidade federativa, possui autonomia política e administrativa local, em sua composição há duas divisões de seu espaço: o rural e o urbano (RIBEIRO, 2020). No Brasil e na Paraíba, o período de maior crescimento do número de municípios se deu no período compreendido entre 1950-1960, isso aconteceu graças às poucas burocracias nos quesitos para a elevação de um espaço para município, no entanto, houve maior restrição no período de ditadura militar no país (MAGALHÃES, 2018).

Esse fato da criação de municípios também aconteceu durante o período compreendido entre 1994 e 1995, em que foram criados 52 municípios no estado da Paraíba. Para diversos autores, esse período ficou fortemente conhecido como tempo da “farra emancipatória”, no entanto, a maior parte dos municípios criados nesses períodos não possuíam população superior a 5 mil habitantes (MORAES et al., 2021).

Ribeiro (2020) denota que os municípios, para chegar a essa condição, passam por diversos processos. Alguns desses podem ser compreendidos como formação de um povo, adesão ao sentimento de pertencimento da localidade, formação de um território através da delimitação do espaço e relações de poder e desenvolvimento local, seja através da economia ou da cultura, podendo acontecer em algumas situações que estas estão intrinsecamente interligadas. Descreve também que, para chegar ao nível de município, faz-se necessário seguir uma sequência de níveis, como povoado, vila, distrito, município, cidade regional e metrópole.

Na perspectiva de Santos et al. (2014), quando estamos falando de emancipação política municipal, estamos nos referindo a autonomia nas decisões políticas de um determinado município, possuindo, portanto, autonomia para eleger seus governantes, decretar e arrecadar tributos, aplicar suas rendas e organizar os

seus serviços. Desse modo, é cabível afirmar que o processo de emancipação política de um município é um momento histórico e de grande relevância para um povo.

Devido ao pequeno número de documentos ou narrativas oficiais acerca dessas criações e sabendo da importância das narrativas acerca da origem de um povo e do processo político para uma elevação na hierarquização do espaço urbano no ano de 1961, o autor questionou-se como se deu o processo de emancipação política do município de Serra Grande – PB?

A escolha do tema deu-se devido a três razões. A primeira é uma razão pessoal, o autor sentiu-se familiarizado com a temática e buscou aprofundar os seus conhecimentos na área. A segunda é uma razão sociocultural, pois o tema está intrinsecamente relacionado com a história do município, origens e surgimento de um território. A última está interligada com a questão acadêmica, porque servirá como acervo histórico para futuros estudos, e assim auxiliará nas futuras pesquisas e trabalhos acerca do processo de emancipação política do município serra-grandense situado no sertão da Paraíba.

O trabalho tem como principal objetivo analisar como se deu o processo de emancipação política do município de Serra Grande (SG) no estado da Paraíba, desse modo, para atingir o objetivo geral, foi necessário elencar os objetivos específicos, que são: Caracterizar Serra Grande/PB com aspectos geográficos relevantes; Dissertar acerca da formação territorial do município de Serra Grande na Paraíba; Descrever como ocorreu a transitoriedade da condição de distrito para o atual município Serra Grande.

O trabalho foi dividido em quatro partes principais, incluídas a introdução. O capítulo 2 foi relacionada com o referencial teórico e metodológico, mediante a isso, trata-se de uma revisão de conceitos da literatura e a exposição de teóricos que abordam a temática do processo de formação territorial e da municipalização, isso é realizado com ênfase no período de maior municipalização no Brasil e no estado da Paraíba. Os capítulos 3 e 4 foram destinados ao levantamento bibliográfica sobre a formação territorial dos municípios paraibanos e aos resultados e discussões dos dados. Essa seção está subdividida em tópicos, em que visa primeira em caracterizar a cidade de Serra Grande através de conceitos e indicadores.

2 METODOLOGIA E REFERENCIAIS TEÓRICOS

Esse capítulo foi organizado em duas partes, a primeira tratou sobre os materiais e técnicas de pesquisa, com os argumentos teóricos para uma pesquisa empírica, a partir de trabalhos em campo e o levantamento documental, bem como a aplicação de entrevistas com pessoas chaves do município em estudo. A segunda parte tratou dos elementos teóricos e conceituais sobre a ideia de municipalismo, fragmentação territorial e emancipação política para o município de Serra Grande/PB.

2.1 Materiais, método e técnicas de pesquisa

A pesquisa realizada trata-se de um levantamento documental e de campo sobre o processo emancipatório político do município de Serra Grande, localizado no estado da Paraíba. Foi uma pesquisa exploratória, de modo que visou o aperfeiçoamento do tema e a explicação de fenômenos (GIL,2002).

As técnicas pertinentes à pesquisa em questão foram duas: A técnica documental, que se objetivou em obter informações ou dados referentes a pesquisa através da solicitação de documentação em setores públicos ou privados e a segunda técnica foi o estudo de campo que tem como principal característica a presença do autor no espaço analisado (GIL, 2002).

A pesquisa foi dividida em duas etapas: A primeira consistiu em realizar um levantamento documental, através de leis, narrativas, atas e registros oficiais da época, estes documentos foram a lei de emancipação política da cidade e documentos relacionados com a doação de terras ao patrimônio de São José. A segunda etapa foi a aplicação de formulários com o intuito de resgatar fatos e acontecimentos que não foram oficialmente registrados.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, que de acordo com Gil (2002), esta conta com um roteiro previamente elaborado, contudo pode haver novos direcionamentos no momento de sua aplicação, durante a coleta de dados, as perguntas eram direcionadas de acordo com algumas respostas dos participantes da entrevista.

A amostragem da pesquisa foi de pessoas com faixa etária acima de 70 anos com condições lúcidas de responder as perguntas pertinentes ao tema abordado.

Como critério de seleção, foi definido as seguintes exigências: Pessoas envolvidas de forma direta, que colaboraram indiretamente para a legalização do município ou tem consigo relatos verídicos acerca do tema da pesquisa.

A entrevista foi dividida em três eixos temáticos: socioeconômico, religioso e político. Cada entrevistado respondeu às perguntas de acordo com os seus conhecimentos de vivência nos eixos propostos. Quanto à abordagem dos dados, a pesquisa pode ser considerada como uma pesquisa qualitativa, que reproduz fielmente os dados analisados de forma interpretativa e a tabulação dos dados foi realizada por meio de quadros com transcrição das entrevistas, vale ressaltar que os entrevistados estão identificados pela inicial de seus nomes, para poder preservar sua identidade pessoal.

Quadro 1 – Dados dos entrevistados

ENTREVISTADOS				
Nome	Idade (anos)	Profissão	Estado Civil	Tempo de vivência no município (anos)
A.T.S	73	Político	Casado	66
E.N.S	75	Comerciante	Casado	65
C.M.C	93	Professora	Solteira	93
M.A.S	83	Agricultora	Viúva	67

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A entrevista foi realizada com quatro pessoas que vivenciaram momentos importantes para a história política da cidade ou que trazem consigo o conhecimento das histórias passadas através da oralidade, esse recurso da oralidade como possibilidade de método para a pesquisa é discutido por Alberti e Pereira (2008) como um meio de chegar até a veracidade dos fatos, denota os autores, que a as histórias narradas pela oralidade possui grande importância e que podem ser analisadas em conjunto com as informações documentadas, sendo desse modo, uma complementação e detalhamento dos fatos ocorridos.

Como já foi dito, os entrevistados estão identificados pela inicial do seu nome e todos que participaram da entrevista teve uma relação direta ou indireta no processo de formação territorial do município e presenciaram ou conhecem a história da sua formação e emancipação política como é sintetizado no quadro 1.

C.M.C é uma das entrevistas com maior tempo de vivência no município em relação aos demais, ela tem laços de familiaridade com os formadores do município, já foi professora, esteve presente durante toda a sua vida observando e vivendo momento de grande importância para o município, assim como detém de conhecimentos narrados pelos seus antepassados. A.T.S é ex-vereador do município e E.N.S além de comerciante, foi prefeito durante 10 anos.

M.A.S, por sua vez, teve forte ligação com o município principalmente no tempo das feiras, juntamente com sua mãe, produziam grande quantidade de louças para venderem durante a feira livre, que eram realizadas em serra grande antes de tornar-se município.

Desse modo, foram usados documentos e dados que narram a história do município de serra grande e para fortificar e detalhar as poucas narrativas documentais da época, será feito o uso das entrevistas realizadas e das narrativas transmitidas por meio da oralidade.

2.2 Elementos teóricos e conceituais

Há conceitos geográficos que são de grande importância para a compreensão do processo de municipalização de uma determinada cidade. Para isso, é de grande relevância destacar alguns conceitos fundamentais, como o conceito de território, poder, política e povo. Conhecendo esses conceitos da geografia, facilitará a compreensão acerca do processo de emancipação política e da formação territorial de uma determinada sociedade.

A definição de território está intrinsecamente relacionada com delimitação de poder e delimitação geográfica. Cunha (2018) denota que compreender território sob a perspectiva das relações sociais, é preciso considerar também as relações políticas que nele há, pois nesse espaço da geografia há muitas disputas de poderes através dos próprios membros que o compõem, na visão de Albagli (2004, p. 26), território vai além do espaço geográfico material, ele é “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço. É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas”.

A autora defende também a ideia de que o território é composto de várias dimensões e interpretações, que podem variar de acordo com a esfera de análise, destaca, portanto, que o território é dividido em dimensões como a física, econômica, simbólica e sociopolítica.

a) dimensão física – suas características geológicas e recursos naturais (clima, solo, relevo, vegetação), bem como aquelas resultantes dos usos e práticas dos atores sociais; **b) dimensão econômica** – formas de organização espacial dos processos sociais de produção (o que, como e quem nele produz), de consumo e de comercialização; **c) dimensão simbólica** – conjunto específico de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, um elemento constitutivo de sua identidade; **d) dimensão sociopolítica** – meio para interações sociais e relações de dominação e poder (quem e como o domina ou influencia). (ALBAGLI, 2004, p. 27).

O território também consiste como elemento do espaço geográfico que possui uma estrutura, ele é um espaço concreto e real com características materiais e imateriais. Ele também é delimitado por fronteiras, que determina o espaço de poder de um determinado povo, que além das composições materiais, há as relações sociais de convivências e de poder que movimento o espaço social, que também está inserido no território (CUNHA, 2018).

Com a formação de um território e de um povo, há a necessidade de organizar a sociedade. Arendt (1993) afirma que a política surge como a necessidade de organização das relações sociais, de modo que há pluralidade de pensamento que compõe a sociedade, para isso é preciso da política como instrumento harmonizador do caos social inicial, denota também que ela é um mecanismo natural do ser social.

Andreassa (2021), descreve política vinculada com a participação nas decisões da cidade. Segundo o autor, o termo política é originado do termo grego “*politikós*”, que significa “os cidadãos que vivem na pólis”, a pólis nesse caso é a cidade. Essa participação nas decisões da cidade nem sempre são diretas, como acontece no caso dos representantes políticos, que representam a vontade do povo.

Relacionando com o território e a política, o poder é uma ação ou qualidade que um indivíduo possui como mecanismo de realização uma dominação sobre o homem e nas coisas que estão ao seu redor, pode também ser compreendido como uma prática social construída ao longo do tempo, ele pode ser exercido em um determinado espaço social e em intervalos de tempo, podendo não ser permanente (ANTUNES, 2019).

Raffestin (1993), denota o poder de duas maneiras: A primeira forma de poder está relacionada com a superioridade e a autoridade, uma ação que acontece visivelmente, esse é representado pela lei, soberania do estado, pela justiça e pela legalidade, já a segunda atribuição é inerente com o poder não visível, é aquele que se constitui através da influência. Nessa última, compreende-se que o poder pode ser algo simbólico, contido no campo das ideias, mas que de maneira despercebida, ele atua fortemente.

Desse modo, é notório que há uma relação intrínseca entre os conceitos de território, política e poder. O território como espaço de delimitação geografia, de poder e pertencimento necessita da política para realizar a sua administração, e nesse caso, o sentido de política está direcionado para as relações públicas existentes em um território, além disso, o poder também é expresso dentro do viés político, pois ele é exercido dentro da política, como autoridade e representatividade da vontade geral.

De acordo com Pena (2020), o município está interligado com o território. Ele pode ser definido como uma divisão territorial com independência local, governado através de um poder político, que nesse caso é regido pela administração local, a prefeitura. Ele tem como divisões internas a área urbana, constituída das relações sociais dentro da cidade, delimitada pelo perímetro urbano, mais conhecido como a cidade e pela área rural, caracterizada como um espaço que há grande percentual de áreas naturais e que são desenvolvidas atividades como plantio, criação de animais e é uma área que possui habitantes que fazem parte do município.

O lugar para tornar-se um município, passa por algumas transformações e quesitos necessários, trata-se de uma hierarquização, de modo que, há espaços menos desenvolvidos e espaços mais desenvolvidos, assim, a hierarquização é muito visível nos modelos de cidades que conhecemos atualmente. Magalhães (2018) afirma que há uma classificação dos espaços e uma hierarquia que normalmente é seguida para atingir a condição de município.

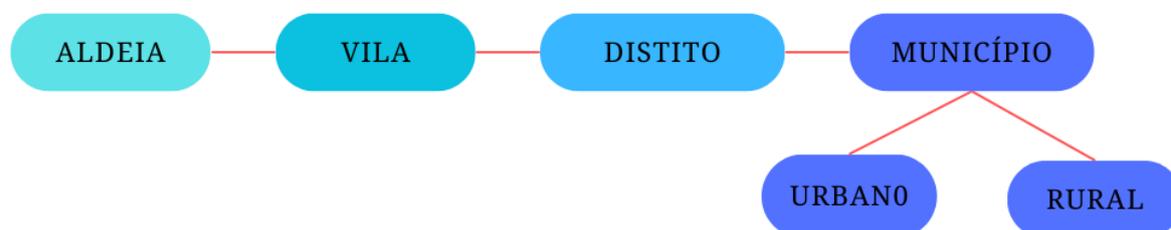
Alguns graus de organização são dispostos na figura 1, nela há uma sequência lógica que viabiliza compreender que há um desenvolvimento maior dos espaços de acordo com o nível, seja aldeia, vila, distrito, cidade e metrópole. Oshio (2019) denota que a aldeia pode ser considerada como “área satélite de uma vila, caracterizada pela economia de subsistência”, que o distrito “é uma divisão administrativa de um município, tendo como finalidade facilitar a gestão”, que a cidade é caracterizada como

a zona urbana de um município e a metrópole é uma cidade que detém de grande atividade econômica e que possui forte influência regional, nacional ou internacional.

Os níveis de organização do espaço vão aumentando em decorrência da complexidade da organização administrativa, de modo geral, os espaços eles vão ganhando estruturas mais complexas em termos de atividades econômicas, saúde, infraestrutura e educação. Na visão de Santos e Bezerra (2022), um dos primeiros passos para a construção de um município é o desmembramento territorial, esse fenômeno ocorre após um lugar já ter sido constituído como uma aldeia, vila e distrito. O desmembramento ocorre quando um conjunto de pessoas se reúnem e decidem solicitar a independência local, os distritos, por exemplo, são unidades que fazem parte de um município maior.

Em relação a divisão do município, há partes que o constitui, é o caso do espaço urbano e o espaço rural. As zonas urbanas, são áreas que passaram pelo processo de urbanização, caracterizada sobretudo, pela industrialização, grande quantidade de edificações e atividades não agropecuárias, em termos econômicos, é o espaço que há fortemente atividades de comércio e serviços. Já o espaço rural, é definido como o espaço que não faz parte dos meios urbanos, são lugares caracterizados pelo desenvolvimento de atividades relacionadas com a agricultura, pecuária, extrativismo, criação de animais, conservação ambiental, dentre outras (MARQUES, 2020).

Figura 1 – Organograma de classificação dos territórios



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Para que haja a elevação de distrito para município, há de ter algumas exigências cumpridas, seu processo de formação se dá através do povoamento de uma determinada localidade e que cumpra com alguns critérios estabelecidos por meio da lei complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que tem como principal

função estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências.

De acordo com a lei supracitada, as exigências contidas no artigo 2º devem ser cumpridas. Hoje há barreiras para a criação de municípios, algumas delas, fazem menção principalmente às questões de povoamento da localidade, política e econômica, como uma população mínima de 10.000 habitantes ou não inferior a 5 milésimo da população do estado, o eleitorado, o número de casas contidas na região que deseja tornar-se município e as arrecadações de impostos. Vale ressaltar que, dados como população e habitação são fornecidos diretamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 1967).

Art. 2º - Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos: I - população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado; II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população; III - centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duze da leuntas); IV - arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.(BRASIL, 1967)

Denominado como emancipação política, esse termo faz menção a autonomia administrativa que um município recebe após ser elevado de vila para cidade. Após o processo de emancipação política, a organização que antes era denominada de distrito passa a ter alguns direitos assegurados, assim como responsabilidade públicas com saúde, educação e infraestrutura, por exemplo. A lei de nº 10.257, de 10 de julho de 2001, estabelece normativas que orientam o uso e as atribuições a serem realizadas pela administração municipal, essas ações visam a segurança e o bem-estar coletivo, assim como as responsabilidades e os direitos legais (BRASIL, 2001).

Nos primeiros incisos do artigo 2 da lei supracitada, é perceptível que há direitos pertinentes a cidade, quando ela é emancipada, principalmente em questões de desenvolvimento administrativo e coletivo, visando melhorias e orientações acerca dos direitos referentes ao espaço da cidade.

3 PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA PARAÍBA

Em escala nacional, o processo de municipalização no Brasil iniciou-se no ano de 1930 e sua intensificação se deu entre o período de 1950 - 1960, nesse referido período, os próprios estados decidiam os critérios para um distrito tornar-se município, contudo, durante o período houve algumas mudanças, foram restringidas as emancipações políticas dos municípios durante os anos de 1970 e 1980 (MAGALHÃES, 2007).

De acordo com Moreira et al (2003), a Paraíba é composta atualmente por 223 municípios, seu descobrimento aconteceu quase 100 (cem anos) depois da descoberta do Brasil, grande parte do seu território pertencia a capitania de Itamaracá, de onde foi desmembrado.

O seu desenvolvimento e ocupação se deu quando foi fundada a primeira vila em 1585, que era chamada de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, a atual cidade de João Pessoa, que passou a ter esse nome somente no ano de 1930, durante esse período, ainda ficou conhecida como Frederica no ano de 1634 e Parahyba em 1654, sendo essa a primeira localidade do estado da Paraíba (MOREIRA et al, 2003).

Moreira et al (2003), descreve que as principais atividades econômicas que ajudaram no desenvolvimento do estado da Paraíba foram a produção do algodão, da cana de açúcar e a criação de gado, sendo elas as pioneiras. Essas atividades foram sendo espalhadas pelo interior do estado, condicionando o povoamento de diversas localidades, de modo que cada lugar produzia o que era vantajoso para a região, com isso, deu-se o início de atividades econômicas e a criação de vilas.

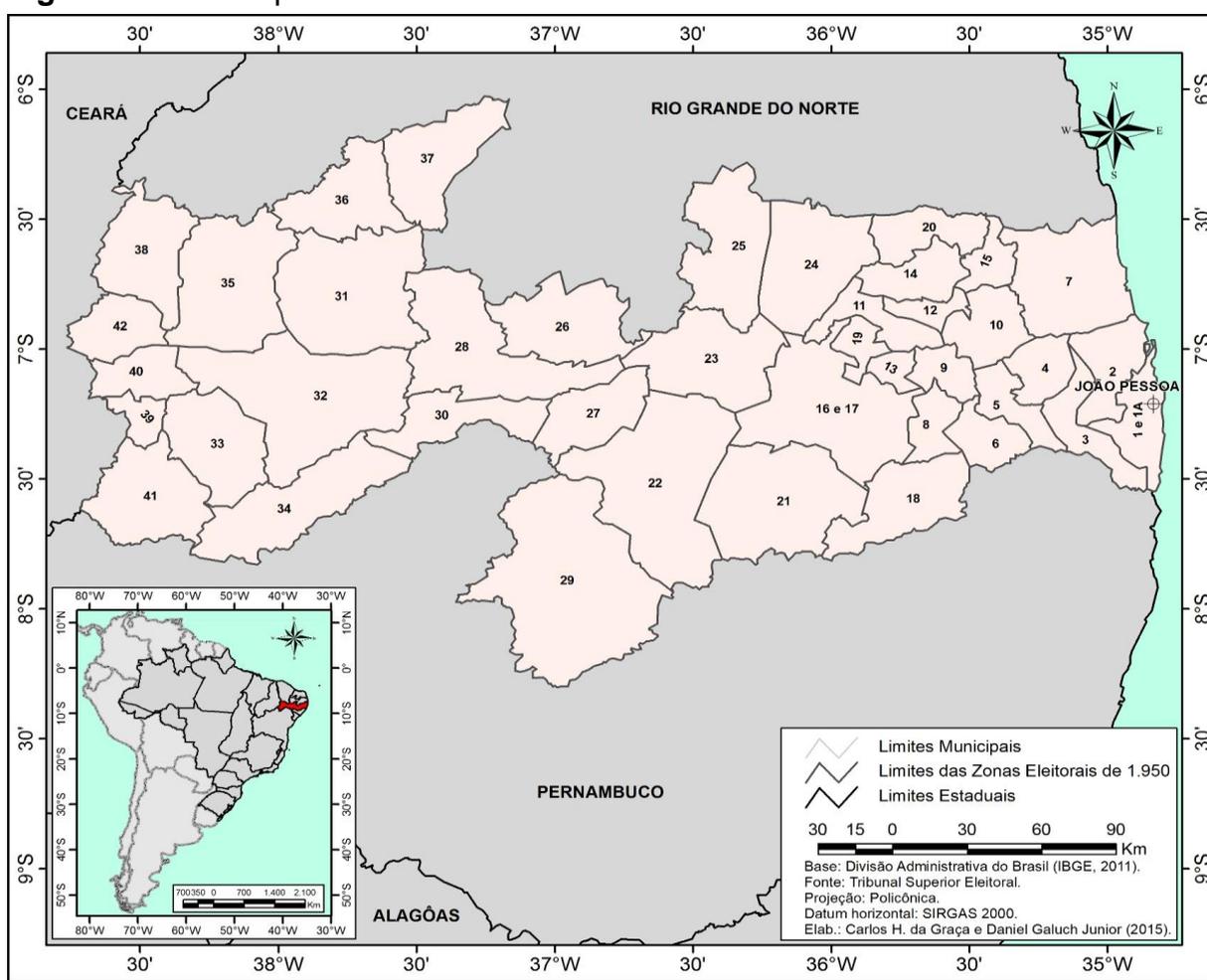
O desenvolvimento dessas atividades com base na concessão de sesmarias, acrescidas com a expansão do algodão no século XIX, foi propiciando o surgimento de núcleos de povoamento que deram origem às primeiras vilas e permitindo o surgimento posterior das cidades. O processo de delimitação e de criação dos espaços municipais através de leis de emancipação política dos territórios é bem mais complexo. Ele não segue cronologicamente a dinâmica da ocupação. (MOREIRA et al, 2003, p.84).

Desse modo, tem-se que a atividade econômica foi um fator que possibilitou de forma significativa o desenvolvimento e a interiorização do estado da Paraíba, viabilizando principalmente a formação de grupos de pessoa que trabalham em busca da renda e da própria subsistência, como é o caso da agricultura familiar e da

produção açucareira. Essa ideia também é compatível com o que diz Bezerra (2019) em seus estudos.

O processo de criação de municípios na Paraíba se deu intensivamente nos anos de 1950 a 1970 (BEZERRA, 2019). Como mostra a tabela 1 elaborada por Bezerra (2019) através de dados do IBGE, analisando os anos de 1950 e 1970 com ênfase na criação de municípios no Brasil, Nordeste e na Paraíba. No ano de 1950 contabilizava-se apenas 41 segundo a autora, nesse caso, contabiliza 42 municípios e esse quantitativo foi para 171.

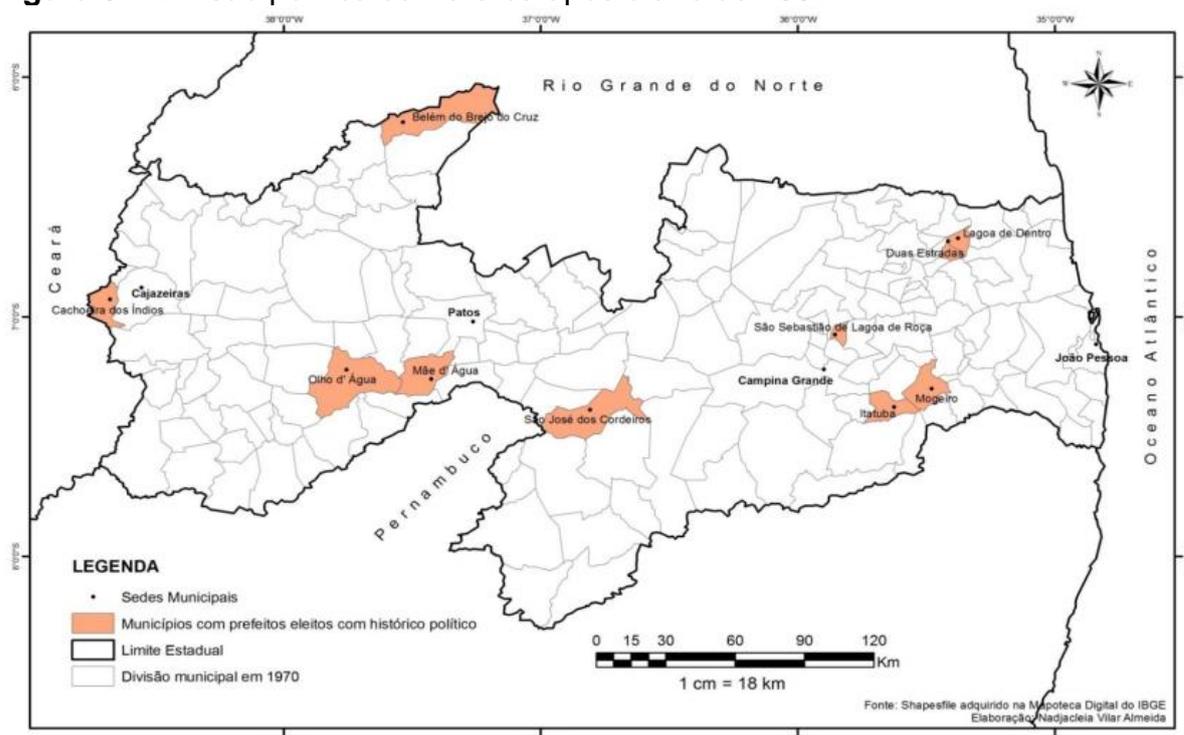
Figura 2 - Divisão política - administrativa da Paraíba em 1950



Fonte: Tribunal de Justiça Eleitoral, 2015.

Realizando um comparativo entre a Figura 2 é notório que há uma forte diferença em relação ao ano de 2010 com o do ano de 1950. Há um salto enorme dentro do intervalo de 60 anos de 42 municípios para 223. Assim como, a Figura 3 mostra a atual divisão municipal na Paraíba.

Figura 3 – Divisão política da Paraíba após o ano de 1962.



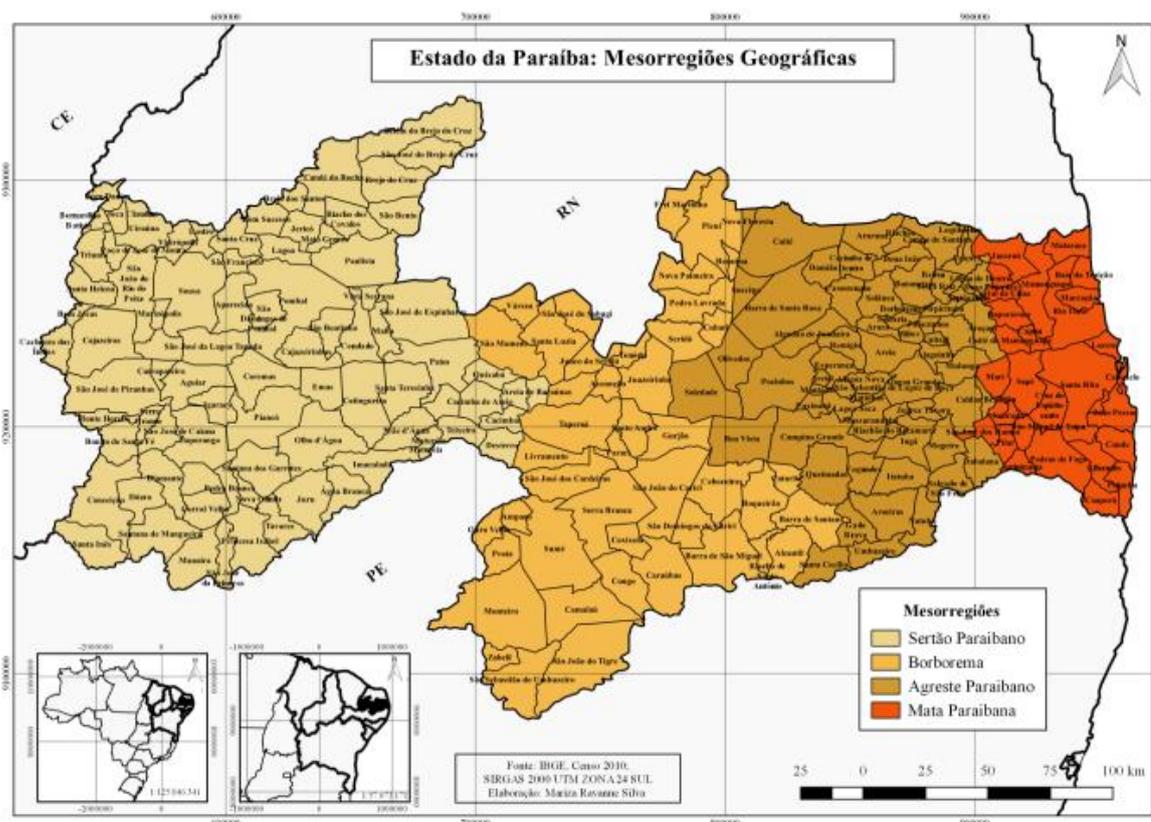
Fonte: Bezerra, 2016.

Ao criar os municípios, também se criava um espaço de relações de poder e fragmentação territorial. Grande percentual dos municípios criados eram vinculados a uma cidade de influência com a condição de distrito, sendo assim, administrada através desses municípios maiores, até pelo fato de que detinha de recursos, economia, saúde e educação consolidada.

Nos estudos de Bezerra (2019), é possível compreender que não se tratava apenas de delimitação de terras, mas de poder. Ela destaca que grande parte dos políticos que se elegeram nesses novos municípios já possuíam alguma função política, a maioria dos casos, exerciam algum cargo no município de origem, o qual o novo foi desmembrado. Esse posicionamento também revela os grandes motivos da urgência e do grande quantitativo novos municípios que foram surgindo na Paraíba.

Realizando um comparativo entre as Figuras 2, 3 e 4, é notório que há uma forte diferença em relação ao ano de 2010 com o do ano de 1950. Há um salto enorme dentro do intervalo de 60 anos de 42 municípios para 223. Assim como, a Figura 3 além de mostrar a atual divisão municipal na Paraíba, ele mostra as mesorregiões geográficas que até 2017, eram identificadas como: Sertão Paraibano, Borborema, Agreste Paraibano e Mata Paraibana.

Figura 4 – Divisão da Paraíba em municípios e mesorregiões no ano de 2010.



Fonte: Rodrigues, 2012 apud Moraes et al., 2021.

A partir de 2017 o IBGE formulou uma nova regionalização brasileira com base na hierarquia urbana, sendo estruturadas em região imediata, como o centro urbano de maior representatividade e as regiões intermediárias, como sendo aquelas cidades médias que se ligam as pequenas cidades (IBGE, 2017). Essa nova regionalização não apaga a importâncias das microrregiões como eram estruturadas até 2017.

A Paraíba criou significativa quantidade de novos municípios e percebe-se que houve um aumento acima da média geral, e que a proporção de variação relacionado ao estado da Paraíba é superior ao nível regional e nacional tendo como dado quantitativo, a criação de 130 novos municípios nesse intervalo de tempo em apenas 60 anos e com um grande número durante o início da década de 1950. Um pouco espaço de tempo para a instalação de 181 novos municípios. Em escala regional e nacional têm-se a criação de 766 e 2.063 respectivamente (Tabela 1):

Tabela 1 - Criação de municípios na Paraíba nos anos 1950-1970

Base territorial	Ano		Variação (%)
	1950	1970	
Brasil	1890	3953	109,15
Nordeste	609	1375	125,77
Paraíba	41	171	317,07

Fonte: Bezerra, 2019.

Esses aumentos são justificados por Filho (2014) devido a autonomia concedida aos estados para a realização da emancipação política dos municípios, essa descentralização estimulou os governantes a realizar a criação de diversos municípios, principalmente as vilas que possuíam uma organização estruturada e uma economia consolidada.

As emancipações situadas no fim da década de 1950 e início da seguinte relacionam-se com Pedro Gondim. A criação de municípios foi uma das bases em que esse governador ancorou seu apoio político, com um discurso dirigido às populações locais. Equacionou alianças político-partidárias que lhe garantiram a maioria parlamentar, sob uma interlocução confluyente com o Legislativo. Vetou, basicamente, os projetos em que a localidade que pretendia se emancipar ainda não era distrito – condição imprescindível (BEZERRA, 2019, p. 71).

Essa ideia foi bem difundida no estado da Paraíba, houve, portanto o aumento do número de municípios, essa criação esteve sob a ordem do governador da época: Pedro Gondim, como mostra o quadro 2, o referido governador foi responsável por sancionar 111 projetos de leis que criava municípios. Nos estudos de Bezerra (2019), ela afirma que o governador Pedro Gondim criou várias alianças políticas em populações locais, no entanto, vetou as propostas de criação de municípios para as localidades que não possuíam a exigência mínima: o título de distrito.

Quadro 2 – Governadores da Paraíba e a criação de municípios

Governador	Circunstância em que governou	Período	Sanções
José Américo	Eleito governador, em 1950. Afastou-se do cargo entre 1953-1954	1951-1955	3
João Fernandes	Eleito vice-governador, em 1950. Assumiu o governo ante o licenciamento de José Américo, alçado a ministro	1953-1954	11
Flávio Ribeiro	Eleito governador, em 1955, licenciando-se em 1958	1956-1958	5
Pedro Gondim	Eleito vice-governador em 1955; assumiu o governo ante o licenciamento de Flávio Ribeiro Eleito governador em 1960	1958-1960 1961-1966	111

Fonte: Bezerra, 2019.

As restrições para as criações dos municípios aconteceram principalmente no período da ditadura militar no Brasil através da lei complementar n°1 de 9 de novembro de 1967, que define os requisitos e exigências para ser municípios, assim como o ato complementar de n° 46 de 1969, que não permitia alteração na divisão administrativa do Brasil sem a permissão do presidente (FILHO, 2014).

Com a redemocratização do país, novos municípios foram formados e o ato de n° 46 foi revogado através da emenda constitucional n° 11 de 13 de outubro de 1978, portanto, essa emenda revogou todos os atos inconstitucionais que foram criados (FILHO, 2014).

O estudo demonstra que as centenas de novos municípios criados ou instalados na Paraíba, se deu em um momento que as disputas políticas aqueciam as diferentes localidades e a expansão urbana em vilas e povoados, deram origem a novos Distritos que eram as exigências mínimas para se requerer a emancipação política. Essa possibilidade gerou uma fragmentação territorial bem acima da média regional e nacional, o que merece estudos mais aprofundados sobre o tema.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

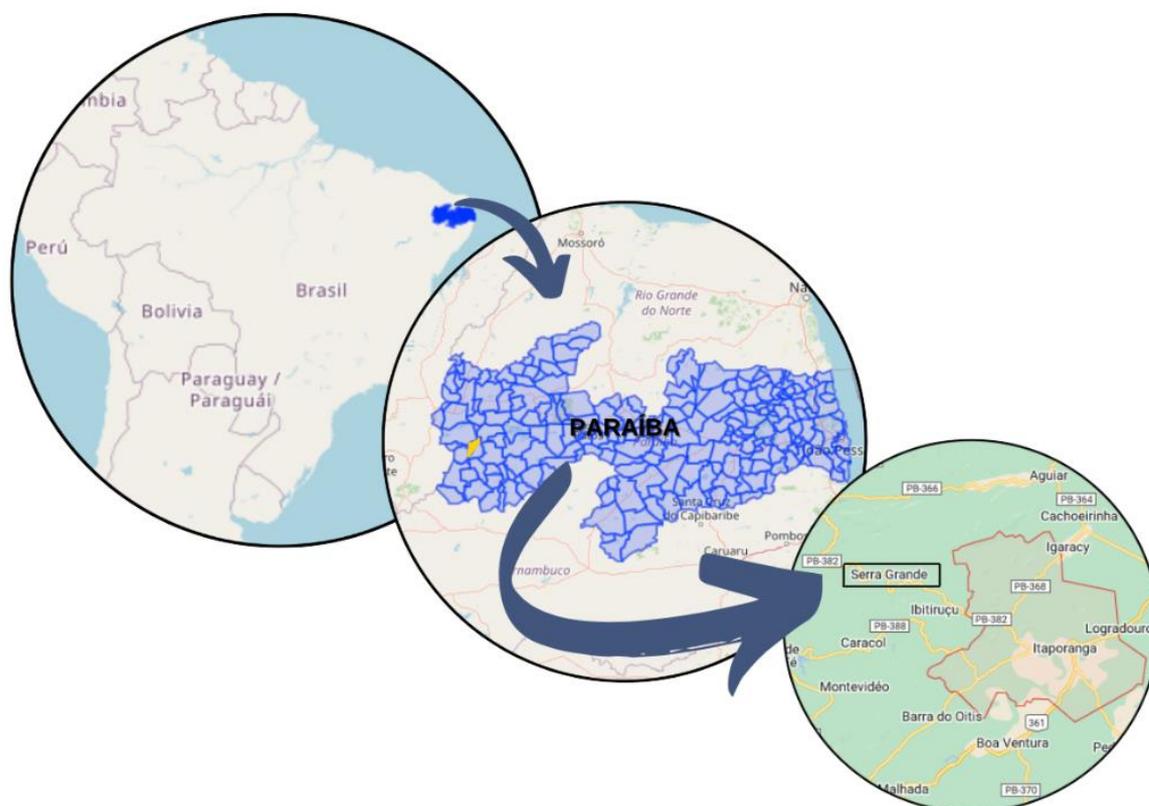
Esse capítulo foi organizado em três partes, a primeira está relacionada com a caracterização do município através de conceitos geográficos pertinentes, a segunda está pautada na descrição do processo de formação territorial e os principais fatores que o condicionou e a última, sobre o processo de transitoriedade de distrito para município e sobre a emancipação política que consolidou Serra Grande enquanto unidade territorial e política administrativa do Sertão paraibano.

Nesse capítulo estão as bases físicas e materiais do que foi discutido no referencial teórico e metodológico e no que foi tratado no capítulo 3. A Geografia Política apresenta as bases teóricas e conceituais no que diz respeito aos processos de fragmentação territorial oriunda de disputas de poder políticos e de interesses de grupos sociais envolvidos com os lugares em disputas. Em Serra Grande Paraíba, esse processo político de fragmentação territorial não foi diferente e na esteira da criação de novos municípios, se emancipou e deu base territorial para muitos paraibanos que passaram a ser identificados como serra-grandenses.

4.1 Caracterização do município de Serra Grande

Serra Grande é um município localizado no interior do estado da Paraíba, está situado na mesorregião do Sertão Paraibano, de acordo com o IBGE (2017), situa-se na região intermediária de Sousa-Cajazeira e imediata de Cajazeiras. A Figura 5 representa a sua localização em termos do Estado e país. Ela está situada a uma distância de 455 Km da cidade de João Pessoa, a capital da Paraíba. Bem antes da sua emancipação política, esteve vinculada ao município de Itaporanga, era distrito, assim como outros do Vale do Piancó que também conseguiram se emancipar. Itaporanga é uma cidade de influência, de modo que o município de Serra Grande está interligado com ela.

Figura 5 – Localização de Serra Grande/PB



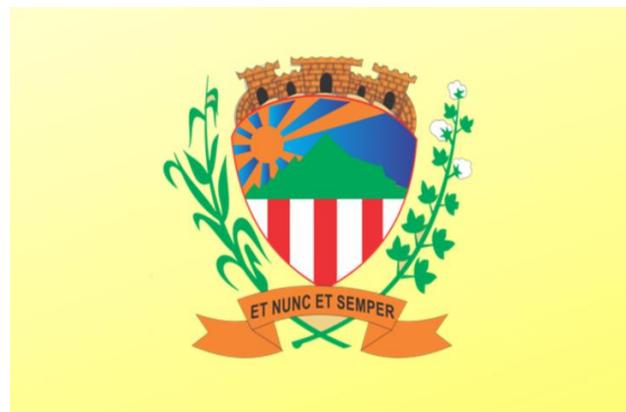
Fonte: Adaptado de IBGE, 2018.

Trazendo o sentido de bravura, territorialidade e honra, o brasão da cidade de Serra Grande traz consigo grandes significados, além de identificar a cidade e mostrar a sua singularidade, há a representatividade de uma montanha com o sol raiando, plantas características da localidade, como o algodão que fez parte da sua economia e a cana de açúcar que além de ter sido uma atividade econômica importante na origem da cidade, ainda é bastante cultivado até os dias atuais. Logo abaixo da imagem de uma serra, possui a frase: *“Et nunc et semper”*, que traduzindo do latim para o português significa: “E agora e sempre”. As Figuras 6 e 7, representam o brasão e a bandeira da cidade, respectivamente.

Figura 6 – Brasão de Serra Grande/PB **Figura 7** – Bandeira de Serra Grande/PB



Fonte: Prefeitura Municipal de Serra Grande, [s.d].

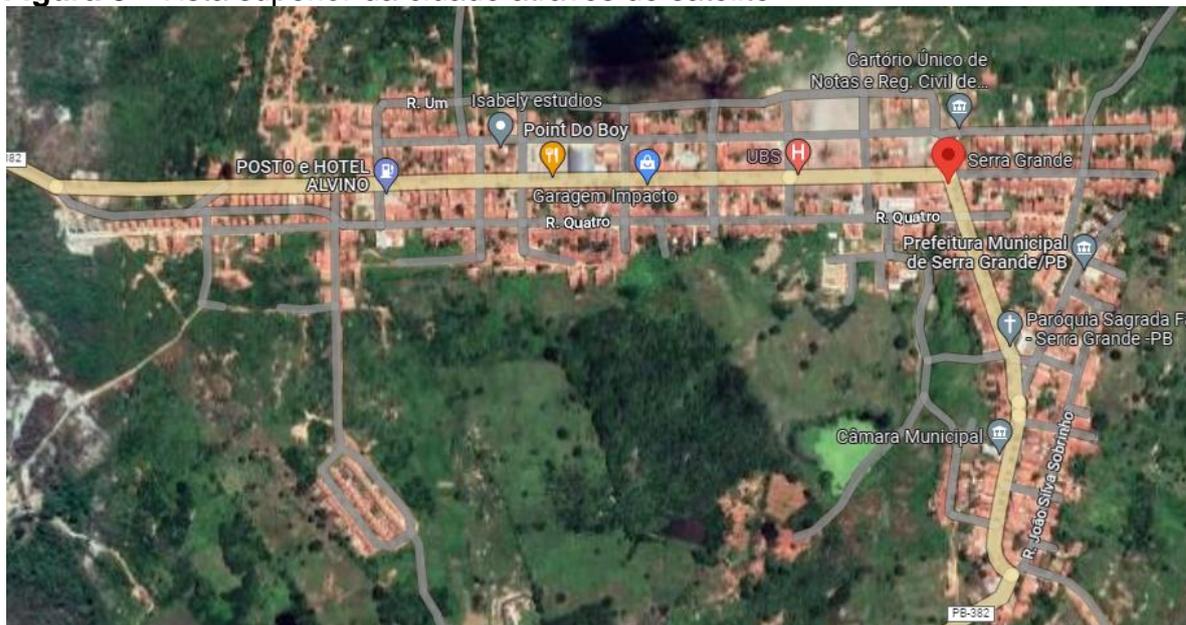


Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Serra Grande, [s.d].

Os municípios limítrofes a norte: São José de Piranhas, a leste: São José de Caiana, sul e sudeste: Bonito de Santa Fé, oeste: Monte Horebe. Sua localidade em termos de coordenadas geográficas são Latitude: 7° 12' 38" Sul, Longitude: 38° 21' 57" Oeste, a Figura 8 concede a visualização íntegra da cidade através de satélites. Ela é uma das cidades que compõem a região do vale do Piancó com mais outras 17 cidades.

De acordo com o IBGE (2021), o município possui uma área territorial de 64,352 km² e uma população estimada de 2.921 pessoas. Desse modo, tem-se que a área possui uma densidade demográfica de aproximadamente 35,60 hab/km², este índice geográfico se dá através da relação estabelecida entre o total de habitantes e área territorial que há no município, em outras perspectivas, esse quantitativo exposto equivale a 0,00004 habitantes a cada metro quadrado do território.

Figura 8 - Vista superior da cidade através de satélite



Fonte: Adaptado do Google Maps, 2023.

Acerca dos indicadores geográficos, Serra Grande possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,586, esse índice mede a qualidade de vida dos habitantes da cidade levando em consideração parâmetros de saúde, renda, educação e expectativa de vida, índice de escolarização da cidade de crianças entre 6 e 14 é de 95,7%. Em questões de economia, o município possui o produto interno bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 10.124,87. O PIB de uma cidade, representa a soma dos produtos e serviços produzidos na cidade durante determinado período. Seu clima é semiárido e a sua vegetação está relacionada com o bioma caatinga, com predominância em plantas de pequenos e médio porte capazes de resistir a escassez de chuvas (IBGE, 2021).

4.2 Processo de formação territorial

O processo de formação territorial do município de Serra Grande/PB, não possui data especificada, mas sua narrativa se dá através da oralidade e de alguns documentos históricos. A sua história está datada de tempos bem antigos, de acordo com dados do IBGE (2021) há resquícios de sua formação já no ano de 1768, cuja

localidade era conhecida por Timbaúba, devido ao grande número de árvores dessa espécie na região.

Por conseguinte, a região onde localiza-se atualmente o município de Serra Grande possui relação com as terras devolutas das sesmarias, esses espaços não foram colonizados e então, passadas ao poder estadual. Com data aproximada de de 1816, de modo que parte das terras que formam o atual território teve concessão junto com as terras das sesmarias através de André Alves Pereira, responsável pela capitania da Paraíba (IBGE, 2021).

Em 1816, o Capitão Manoel Joaquim da Silva, o Alferes Venceslau Gomes da Silva e David Pereira, moradores do sertão de Piancó, afirmavam que, entre as serras Gameleiras, São José, São Gonçalo, Aguiar, Capim e Serra Grande, existiam terras devolutas compreendendo Lagoa Redonda ao Sítio Lages, cuja concessão da sesmaria com o território inicial de Serra Grande, foi feita por André Alves Pereira, Governador da Capitania da Paraíba (IBGE, 2023).

Após isso, em 1898, houve o processo de povoamento do território de Serra Grande e em 1936, vinculada ao município de Misericórdia Velha, que hoje é conhecida de Itaporanga (IBGE, 2021). Esse processo de povoamento da localidade começou inicialmente com Tomé Pereira ao convidar Vicente Leite de Araújo e Pedro dos Santos para realizar doação de terras para o patrimônio de São José, cuja religiosidade era muito forte naquela época.

Essa ideia, já tinha consigo planos futuros, era de interesse do Sr. Tomé construir uma cidade. Na fala de C.M.C (2023), é notório o desejo de Tomé Pereira em fundar uma cidade, no entanto, sua mulher Antônia não acreditara que um dia isso poderia acontecer.

Madrinha Tonha, dizia: “Tomé, para com essa história de cidade, sempre não faz!”, aí ele dizia: “Tonha, eu tenho fé em Deus que aparece homem para botar minha cidade para frente, eu tenho essa fé em São José e na Sagrada Família.” Tomé tinha a intenção de fundar uma cidade, foi Tomé Pereira, Pedro dos Santos e Vicente Leite de Araújo que doaram os terrenos (C.M.C, 93 anos, 20 de janeiro de 2023).

A.T.S (2023) também destaca em sua fala que “Tomé Pereira foi o mediador para criar a vila que hoje é Serra Grande, Pedro dos Santos e Vicente Leite de Araújo”. Compreende-se que a reunião desses três senhores, que possuíam grande quantidade de terras e doaram em prol do desenvolvimento da localidade foi o impulso inicial para a construção da cidade. “Eles se reuniram e os três combinaram de cada um doar uma parte de terra ao patrimônio da igreja católica, foi a doação como

patrimônio de São José” (A.T.S, 73 anos, 20 de janeiro de 2023). Isso também é perceptível através da documentação de doação de terrenos ao padroeiro São José da época.

Como a religiosidade era muito forte naquela época, as terras doadas por Tomé Pereira e sua esposa Antônia, tornaram patrimônio da capela de São José, essa doação foi registrada através da tabeliã Hormisda Teódulo da Silva, da comarca de Itaporanga, datado do dia primeiro de outubro do ano de mil e novecentos. O Enunciado principal do documento no nome dos doadores, de modo que no documento consta a seguinte descrição:

Certifico, a requerimento verbal de pessoas interessadas, que revendo o arquivo do cartório meu cargo, o livro de notas nº 1, às fls 23 a 25, consta a escritura pública do seguinte teor: “Escritura de doação de patrimônio, que em minhas notas fazem o sr. Tomé Pereira dos Santos e sua mulher Dona Antônia Maria da Conceição, como doadores, e como doado o patrimônio glorioso São José, digo como doado o patriarca glorioso São José, dêste lugar “Timbaúba”. (CARTÓRIO, documento de cartório, 1900).

Esse ato de doação de terras foi essencial para o povoamento e para o desenvolvimento do local, pois essas terras eram de grande serventia, pois além de gerar renda para a igreja, servia como meio de sobrevivência para os moradores locais, de modo que segundo C.M.C (93 anos, 20 de janeiro de 2023) “o povo trabalhava nas terras doadas, mas pagavam a renda para a igreja”. As terras tiveram a seguinte delimitação no ato de doação:

[...] sendo de comprimento ao lado do sul pendente ao nascente, onde plantou o primeiro marco, digo, onde se faz a primeira balisa com o nascente onde deu cento e cinquenta braças de comprimento, tendo neste ponto edificado uma pedra que fica (incompleta a palavra) e oeste, corre rumo a direito para o poente, do lado do norte, até onde deu cinquenta e quatro braças, pondo-se neste ponto o marco de uma pedra, correndo deste ponto direito, digo, correndo rumo direito para o sul do mesmo lado do poente, onde deu cento e dez braças, e aí plantou o marco de uma pedra, correndo rumo direito para o nascente, pendente ao sul e ao encontrar com o primeiro marco onde deu cinquenta e quatro braças [...] (CARTÓRIO, documento de cartório, 1900, p. 2).

Alguns fatores são cruciais para a formação plena do povo serra grandense, dentre eles, cabe destacar os principais: religiosidade, que está explicado através da relação do povoado tida com o divino, expresso na fé, econômico, baseado em atividades que possibilitaram a fixação do povo na atual cidade e o fator político, que antes mesmo de se tornar cidade, já havia representantes políticos que de maneira

direta ou indireta administrava a localidade e buscava recursos públicos para estimular o crescimento da região.

A religiosidade foi um fator que condicionou o desenvolvimento do povo serra grandense, ela está diretamente ligada com a sua formação inicial, até que, as terras doadas para o povoamento da cidade foram concedidas como patrimônio de São José, de modo que, as pessoas trabalhavam e faziam o uso da terra, mas contribuía com a igreja.

Não tem cidade sem religião, não tem cidade sem um padroeiro. Minha avó contava que quando Serra Grande começou, havia um padre, que foi o primeiro na nossa cidade, o nome dele era Padre Joaquim Dionísio, lá da cidade de Itaporanga. A igreja era na casa de meu padrinho Tomé, as missas, casamentos e batizados aconteciam a cada seis meses. As pessoas depois de um tempo se reuniram e resolveram fazer uma capela particular e depois doaram para a diocese (C.M.C, 93 anos, 20 de janeiro de 2023).

A fala de C.M.C, mostra que além de vínculos políticos com a cidade de Itaporanga, havia também o de religiosidade. O primeiro padre da cidade a realizar celebrações foi o padre Joaquim Dionísio da cidade de Itaporanga, como não existia nenhuma capela ou local específico para culto religioso, as celebrações eram realizadas nas casas das próprias pessoas, principalmente na casa de Tomé Pereira, visto que também, as celebrações aconteciam a cada seis meses.

Procissão? o povo não sabia o que era, a primeira foi através de João Cartaxo, um padre que passou por aqui. As formas de rezar eram as novenas, os terços, rezava para todo tipo de santo, São Sebastião, Nossa Senhora da Conceição, São José, tudo isso na casa de meu padrinho Tomé. Depois que foi construída a capela, passou tudo para a capela, tinha os noitários. As coisas eram difíceis, não tinha ajuda de nada, era a força do povo mesmo, continuou do mesmo jeito, o padre vinha de seis em seis meses para fazer as celebrações, mas o povo ficava rezando, o mês de maio e dos santos que eu já falei (C.M.C, 93 anos, 20 de janeiro de 2023).

As manifestações religiosas condicionaram para o fortalecimento do convívio dos moradores, assim como a sua fixação na localidade, pois era uma maneira de expressarem sua fé e ao mesmo tempo mobilizar a população, sendo assim, uma manifestação cultural. C.M.C denota que a comunidade se mobilizou para construir uma capela, as doações eram feitas por todos que moravam na comunidade e que depois de construída, as celebrações passaram a ser na capela e não mais na casa de Tomé. As novenas eram de São Sebastião, São José, e mesmo sem ter a presença de um líder religioso, as pessoas em unidade se reuniam para rezar nas festividades dos santos, principalmente no mês de maio, que é dedicado a Nossa Senhora.

Quando Padrinho Tomé morreu, as rezas ficaram por conta de tio Job, Tio Zé Tomé e Zé Trajano. Era muito festeja, tinha a banda cabaçal, vinha muita gente, no dia de missa vinha gente do Rio da Corda, Santa Fé, Bonito de Santa Fé. Frei Damião veio duas vezes, a primeira passou 5 dias e na outra passou 3. Era muita gente de canto a canto, o mundo ficava tapado de gente. (C.M.C, 93 anos, 20 de janeiro de 2023).

C.M.C relata em seu depoimento, que quando findava as celebrações havia a apresentação da banda cabaçal da época, que era uma banda que tocava pife, era uma grande festa e que atraía pessoas de diversas localidades. A presença de Frei Damião também se fez presente no distrito, pessoas de diversas localidades se deslocavam para conhecer o frei, isso aconteceu segundo C.M.C, duas vezes.

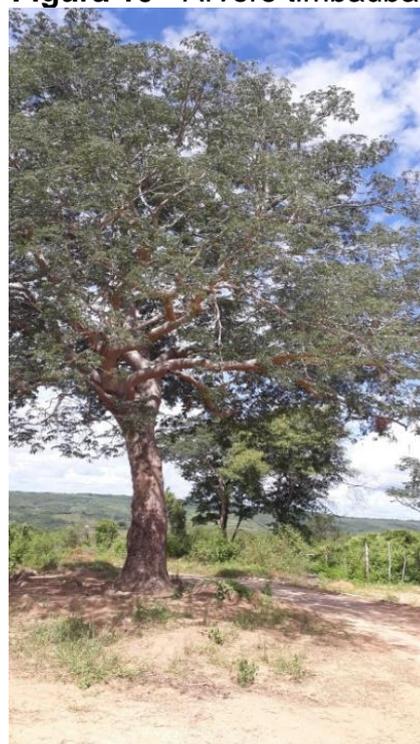
Algumas atividades econômicas marcaram o processo de formação territorial da cidade, sendo elas as principais: Feiras livres, engenho de cana de açúcar e algodão. Uma das primeiras atividades realizadas nas terras serra grandenses foi a feira livre, ela inicialmente surgiu com o filho mais velho de Tomé Pereira, que buscou realizar a venda de rapadura, farinha e café, a primeira feira a ser realizada foi no sítio colorau, debaixo de uma árvore conhecida como timbaúba, como mostra a imagem 9 e 10, a árvore pode se apresentar na natureza de grande e médio porte, além disso, ela se adapta em diversos tipos de solo. Graças a grande quantidade dessas árvores na localidade, Serra Grande já teve esse nome.

Figura 9 – Árvore Timbaúba A.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Figura 10 - Árvore timbaúba B.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em relação às feiras, foram assim, aqui na região não tinha feira, o povo ia fazer em Santa Fé e no Aguiar. O filho mais velho de Tomé era Cosmo e o encostado a ele era Crispim e a filha era Maria Antônia, a minha avó. O mais velho resolveu fazer uma feira, com rapadura, um pouquinho de farinha e café, era coisinhas poucas, a primeira foi lá no colorau (C.M.C, 93 anos, 20 de janeiro de 2023).

A primeira feira infelizmente não teve muito sucesso, relata C.M.C (2023) que nesse dia houve uma grande briga, fazendo com que o local fosse alterado. Depois disso, as feiras foram aumentando, sua localização era no atual centro da cidade, nessas reuniões de comércios, várias pessoas vinham de outras cidades para consumirem os produtos vendidos.

A maior parte dos comerciantes eram da localidade, eram oferecidos diversos produtos: Fumo, rapadura, farinha, louças de barro, tecidos e miçangas. As barracas eram feitas manualmente com palhas. Os consumidores da época que se deslocavam de suas localidades em busca dos produtos vendidos nas feiras-livre eram chamados de tropeiros, que passavam dias de viagens para chegar até a localidade.

Nas feiras, vinham muita gente! O mercado era cheio de banqueiros, tinha o povo daqui: Ermeto, João Estevão, José Vicente, Hilário Sudário, Noel (Tio de Asa Branca), Muçu (Vendia fumo e vendia sandália). Aqui tinha os miçangueiros, as bancas eram chamadas de miçangas. Tinha outros comerciantes de fora: Pedro Carnaúba, Deri, Jó Misso, Joaquim, Gabila Soares, João Júlio (do Caiana, ele tinha uma banca de tecido), as feiras eram todo sábado e a primeira barraca era de palha (A.T.S, 73 anos, 20 de janeiro de 2023).

As feiras não se restringiram apenas ao período anterior a emancipação política da cidade de Serra Grande, elas continuaram logo após a sua independência, e isso foi possível com o apoio político, que condicionou o contínuo desenvolvimento local, tornando-se também um lugar atrativo, que gerava renda e ofertava diversos produtos de maneira sistematizada. O relato de M.A.S, mostra o quanto diversas pessoas de outras regiões vinham até o espaço de feira para ofertar seus produtos, que na maioria das vezes eram produzidos de forma artesanal, como é o caso das panelas de barro e as especiarias.

Tinha uma casa muito grande, era como se fosse um armazém. Depois que passou a ser a cidade, foram ajustando o espaço. Nas feiras, vinha pessoas de muitas cidades, seu José Joaquim, trazia muitos temperos, dizia ele: "Hoje tem tempero para vender aos aruás", os temperos era pimenta do reino, cumim, cebola... Minha mãe trazia de 3 a 4 caiga de louça, panelas de barros para vender aqui, minha mãe fazia muitas louças, panelas de barras e potes, copos e pratos (M.A.S, 83 anos, 20 de janeiro de 2023).

Outra atividade econômica que foi muito importante para o desenvolvimento do povo, foi o engenho de cana de açúcar, que de acordo com os relatos, eram engenhos movidos a boi como está exposto na imagem 11, análoga ao que foi descrito pelos entrevistados. A cana era tratada durante um período, logo em seguida era moída através da força do animal, que girava constantemente para poder realizar a moagem. Desse modo, a agropecuária também era necessária para os donos de engenho, que possuindo o animal, facilitava os seus trabalhos nos tempos de moagens.

Figura 11 – Exemplo de engenho movido a boi



Fonte: Sonópole, 2019.

Esses animais, eram trazidos de diversas localidades da Paraíba, principalmente da região de Pombal, que além de servirem como alimento, os seus donos faziam uso de sua força para a fabricação de produtos oriundo da cana de açúcar e para atividades agrícolas, como por exemplo o processo de arar a terra, que se faz necessário a utilização da força animal na época.

Meu bisavô, finado Manoel Trajano, é da região de Pombal, era catando boi na região da Paraíba, quando era na época de inverno eles traziam gados para aqui, de Pombal para aqui, meu avô era solteiro nessa época, era bem antes de ser cidade (A.T.S, 73 anos, 20 de janeiro de 2023).

Na época, os homens que detinham do poder econômico normalmente eram senhores de engenho, assim eram conhecidos na época. C.M.C (2023), destaca que o engenho da cana de açúcar funcionava bem antes dos anos de 1900, visto que essa data é a que marca o ano das doações de terra por Tomé Pereira. Dito Maria que

Severino dos Santos, era o pai de Tomé, tinha dois engenhos, era um homem rico, tinha propriedade que ninguém sabia nem o tamanho.

Havia outros senhores de engenho, que através da matéria prima, obtinha produtos derivados, como o mel de engenho, a rapadura e o alfenim, esses eram comercializados nas feiras e em outras regiões próximas, assim como era o alimento mais conhecido daquela época, em que a maioria das pessoas que não possuíam condições financeiras faziam uso para as suas refeições diárias.

Os engenhos eram manuais, depois passou a ser de motor. Nesse tempo, o povo cuidava da cana-de-açúcar, limpava e deixava pronta para moer. Os ricos eram chamados de senhores de engenho. Os primeiros engenhos daqui foram dos Trajanos, na manga velha tinha o de padrinho Mané Trajano e João Trajano no sítio Quixabeira e os Ramalhos tinham engenho no Aguiar (A.T.S, 73 anos, 20 de janeiro de 2023).

As condições de trabalho eram precarizadas, a necessidade de trabalhar para realizar a subsistência da própria família era uma urgência, relatos de A.T.S (2023), faz perceber que a única opção para a época era submeter-se à condições de trabalho desfavoráveis, na maioria dos casos, o valor pago pelo dia de trabalho era muito baixo, e isso só aceito pelo trabalhador devido ao fato de que poucas pessoas possuíam condições financeiras e faziam disso para conseguir mão de obra barata e muito explorada.

Emprego o povo não tinha, o povo trabalhava na roça os cinco dias da semana. Nesse tempo o povo trabalhava de graça, era 1 litro de feijão por um dia de serviço, era uma escravidão, o povo trocava uma cuia de milho por um dia de serviço no engenho e o povo não tinha opção, quem tinha dinheiro era os ricos (A.T.S, 73 anos, 20 de janeiro de 2023).

Além dos engenhos de cana de açúcar, uma das atividades econômicas que teve grande sucesso no período anterior a emancipação política da cidade foi a produção de farinha. As famílias produtoras de farinhas, normalmente eram responsáveis pela plantação, colheita e produção. Alguns subprodutos eram obtidos, como farinha de mandioca, beiju e tapioca. Explica A.T.S (2023), que as farinhas eram de responsabilidade em sua maioria da família Candinha, que produziam e diversas pessoas, de diferentes locais as compravam, como é o caso dos tropeiros, que faziam a compra da rapadura e a farinha de mandioca.

Já as farinhas eram de responsabilidade dos Candinhas, João Candinha tinha uma casa de farinha, Vicente Candinha tinha uma casa de farinha, Antônio Candinha tinha uma casa de farinha lá no Simião e José Rufino tinha uma casa de farinha lá na Lagoinha, sua mulher era da família candinha. Eles produziam em grande quantidade e vendiam, os tropeiros vinham de Aguiar,

Igaracy e até de Pombal o povo vinha para comprar farinha e rapadura aqui (A.T.S, 73 anos, 20 de janeiro de 2023).

A fala de A.T.S (2023) descreve acerca da produção e comércio de farinha por parte dos membros da família Candinha em diferentes localidades, mencionando algumas delas, como Simião e Lagoinha. Destaca-se que a produção era realizada em grande quantidade e a venda era atrativa para pessoas de outras localidades, como Aguiar, Igaracy e Pombal. Esse tipo de atividade econômica, como a produção e venda de farinha e rapadura, era comum em várias regiões do Brasil, especialmente em áreas rurais. Essas famílias de produtores desempenhavam um papel importante no abastecimento de alimentos e no comércio local, atraindo pessoas e comerciantes de diferentes lugares.

A menção aos tropeiros indica que essas pessoas eram responsáveis por transportar as mercadorias, como farinha e rapadura, de uma região para outra, facilitando o comércio e permitindo que os produtos da localidade fossem espalhados por diversas regiões. A fala também nos faz compreender que através das atividades econômicas realizadas, as pessoas conseguiam renda para manter a família e acumular riquezas.

Antes de passar a ser cidade, já tinha um açude, um comércio grande e um motor de luz que era movido a querosene, essas coisas foram feitas por doutor Pitanga. Nessa época, era distrito. Os comerciantes eram Pedro Carnaúba, Seu Dondeca, João Estevão e outras pessoas, o lugar era superlotado, vinha muita gente (C.M.C, 93 anos, 20 de janeiro de 2023).

Além das atividades comerciais, já havia também as relações políticas no local, C.M.C (2023) em sua fala descreve que já existiam algumas infraestruturas importantes, como um açude, um comércio considerável e um motor de luz movido a querosene. Essas melhorias teriam sido realizadas por uma pessoa chamada doutor Pitanga, que na época era o prefeito do município de Itaporanga, e indica seu envolvimento no desenvolvimento da região.

Nessa fase, o local era classificado como distrito, sugerindo que não possuía ainda o status de cidade. Além disso, a fala menciona alguns comerciantes locais, como Pedro Carnaúba, Seu Dondeca e João Estevão, indicando a presença de uma atividade comercial ativa na região. A fala dela também indica que o espaço era bastante movimentado e era visitado por muitas pessoas.

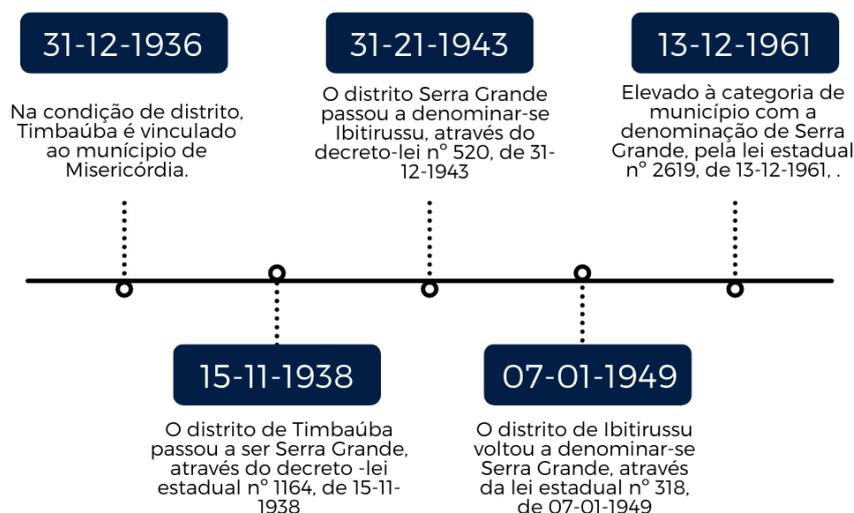
4.3 Formação administrativa e política de Serra Grande/PB

No início, o município de Misericórdia possuía o distrito de Timbaúba. No entanto, por meio de decretos-leis e atos legislativos, ocorreram alterações tanto no nome do município quanto no nome e território do distrito. Primeiramente, Misericórdia passou a ser chamada de Itaporanga, e Timbaúba foi renomeada para Serra Grande. Nas divisões territoriais seguintes, Serra Grande (ex-Timbaúba) permaneceu no município de Itaporanga (ex-Misericórdia), mas depois foi renomeada para Ibitirussu, enquanto o município mãe voltou a se chamar Misericórdia (IBGE, 2021).

No entanto, posteriormente, por meio de um Ato das Disposições Transitórias Constitucional, Misericórdia voltou a ser denominada Itaporanga. Além disso, o distrito de Ibitirussu recuperou o nome de Serra Grande. Essas alterações permaneceram até a divisão territorial de 1960. Em 1961, Serra Grande foi elevada à categoria de município, sendo desmembrada de Itaporanga, com sede no antigo distrito de Serra Grande. Um novo distrito, São José, foi criado e anexado ao município de Serra Grande por meio de uma lei estadual (IBGE, 2021).

De acordo com IBGE (2021), em 1963, o município era constituído pelos distritos de Serra Grande e São José, mas posteriormente, por outra lei estadual, o distrito de São José foi desmembrado de Serra Grande e elevado à categoria de município com o nome de São José de Caiana.

Figura 12 – Linha do tempo acerca dos acontecimentos políticos de SG/PB



Fonte: Elaborado pelo autor, através do CANVA Designer, 2023.

A Figura 12 se trata de uma linha do tempo acerca dos principais acontecimentos políticos-administrativos do município de Serra Grande. Elaborado a partir do programa CANVA Designer. As informações estão organizadas em sequência temporal e a descrição de cada fase.

Alguns desses momentos de grande relevância foram: a vinculação do distrito Timbaúba a misericórdia velha, a mudança do nome para Serra Grande e posteriormente para Ibitirussu, depois voltou a ser chamada de Serra Grande e em sequência foi desmembrada de Itaporanga, se tornando município no dia 13 de dezembro de 1961.

Eu assisti no dia da posse, era dia 13 de dezembro de 1961, vieram muitos deputados e políticos, entre eles, Balduino de Carvalho, Pitanga que era o prefeito de Itaporanga, muitos falavam e discursavam, aí o deputado Zé Cavalcante disse: "VIVA SERRA GRANDE INDEPENDENTE" e eu ali mais mãe próximas, era uma festa grande (C.M.C, 93 anos, 20 de janeiro de 2023).

Essa frase de C.M.C descreve o momento que foi anunciado a emancipação política do município de Serra Grande, ela testemunhou no dia da posse em 13 de dezembro de 1961. Nesse dia, muitos deputados e políticos estavam presentes, incluindo nomes como Balduino de Carvalho e Pitanga, que era o prefeito de Itaporanga. Durante o evento, várias pessoas estavam discursando, e foi quando o deputado Zé Cavalcante pronunciou a frase: "VIVA SERRA GRANDE INDEPENDENTE". Para C.M.C, que estava presente com sua mãe, aquele dia foi uma festa grandiosa. Em questão de eleições, não houve imediatamente, a fala de E.N.S nos explica como foi realizada a escolha do prefeito, assim como também está disposta na lei de criação do município.

O primeiro prefeito eleito foi seu Cefas Pinto Ramalho, eleito pelo povo, mas antes teve o prefeito interino, seu Vino Leite. Na hora que passou a ser cidade não teve eleição e depois foi que veio a eleição. A disputa foi entre Cefas Pinto Ramalho e Aristides Leite, essa eleição eu me lembro. (E.N.S, 75 anos, 20 de janeiro de 2023).

De acordo com E.N.S, o primeiro prefeito eleito da cidade foi Cefas Pinto Ramalho, escolhido pelo povo. Antes disso, houve um prefeito interino chamado José Cordeiro Leite (Vino Leite). No momento em que a cidade se tornou um município, não ocorreu uma eleição imediata, mas posteriormente foi realizada uma disputa eleitoral no ano de 1962. Essa eleição foi travada entre Cefas Pinto Ramalho e Aristides Leite, e E.N.S se lembra bem desse evento.

Essa informação ressalta o processo político da cidade, no qual Cefas Pinto Ramalho foi o primeiro prefeito eleito democraticamente pelos moradores. A menção ao prefeito interino indica que houve um período de transição antes das eleições formais, e a disputa entre Cefas Pinto Ramalho e Aristides Leite evidencia um momento marcante na história política local, lembrado por E.N.S.

Art. 1º - É criado o Município de Serra Grande com sede na atual vila do mesmo nome que fica elevada à categoria de cidade.

Parágrafo único - O Município de Serra Grande será constituído na sua totalidade pelo território do atual distrito, que terá os mesmos limites.

Art. 2º - Enquanto não se verificarem as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores no Município, o Poder Executivo será exercido por um Prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, além das atribuições deferidas em Lei, poderá elaborar o Orçamento e expedir Decretos-leis "ad-referendum" da Câmara Municipal.

Art. 3º - As eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores do Município, realizar-se-ão em data designada pelo Tribunal Regional Eleitoral de acordo com Legislação vigente.

Parágrafo único - Será de sete (7) o número de Vereadores do Município.

Art. 4º - Fica extinto o Sub-Comissariado de Polícia do antigo Distrito e criado o Comissariado de Polícia do Município de Serra Grande com os respectivos suplentes na forma da Legislação em vigor.

Art. 5º - Para ocorrer às despesas com a execução - da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial necessário de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 6a - Esta Lei entrará em vigor no dia 24 de abril de 1962 (BRASIL, 1961).

Esses artigos representam o marco legal e o processo de estabelecimento do município de Serra Grande, definindo sua estrutura, autoridades e procedimentos para a transição e as eleições subsequentes. As informações e orientações presentes no texto da lei são condizentes com os depoimentos dos entrevistados.

A emancipação política de Serra Grande aconteceu em 13 de dezembro de 1961, na época, o governador era Pedro Gondim. O prefeito interino foi José Cordeiro Leite (seu Vino) e o primeiro constitucional foi Cefas Pinto Ramalho e logo após foi Ivo Pinto Ramalho, o governo de Cefas foi suspenso e quem assumiu temporariamente foi João Leite da Silva. A primeira eleição foi em 1962, nesse tempo, São José de Caiana pertencia a Serra Grande. Depois do mandato de Cefas e Ivo, Ivo apoiou Socorro, mas não chegou a ganhar. Aqui só houve um mandato de prefeito e logo depois separou-se. Aristides Leite era situação com o governo do estado, já Cefas era oposição. Na divisão, Aristide optou por um município pequeno, pois planejava se candidatar para governar a cidade e acreditava que uma cidade pequena era mais fácil de administrar. Houve também brigas políticas na época, só não morreu gente, mas andou perto nos tempos de eleições (A.T.S, 73 anos, 20 de janeiro de 2023).

A emancipação política de Serra Grande ocorreu em 13 de dezembro de 1961, durante o governo do governador Pedro Moreno Gondim. José Cordeiro Leite (Vino Leite) foi nomeado como prefeito interino, enquanto Cefas Pinto Ramalho se tornou o primeiro prefeito constitucional. Posteriormente, Ivo Pinto Ramalho assumiu a

prefeitura, mas o governo de Cefas foi suspenso, resultando na temporária administração de João Leite da Silva.

A primeira eleição para prefeito ocorreu em 1962, período em que São José de Caiana fazia parte de Serra Grande. Logo em seguida, houve a separação dos municípios. Aristides Leite estava alinhado com o governo do estado, enquanto Cefas era da oposição. Na divisão, Aristides optou por um município menor, acreditando que seria mais fácil administrar e planejando se candidatar para governá-lo.

Na época, houve disputas políticas intensas e tensas, embora não tenha ocorrido mortes, houve momentos perigosos durante as eleições, como mencionado por Joaquim. Esses eventos demonstram a agitação política e as rivalidades existentes na época da emancipação política de Serra Grande, e assim foi seguindo a história política de Serra Grande.

Essa é a gênese de interesse da Geografia Política, quando Castro (2005), afirma em seus estudos sobre Geografia Política: territórios, escalas de ação e instituições, que a formação político territorial do Brasil esteve ancorada as dinâmicas de poder local e das disputas ou tensões para que novas territorialidades fossem configuradas no espaço geográfico. Também ficou claro que as instituições e o jogo político para a emancipação política e territorial, estivessem na linha de frente de novas municipalidades como ilustra a figura 13:

Figura 13 – Placa política administrativa de SG/PB de 1962 – 1988.

1962 a 1966			1969 a 1972			1976 a 1982		
PREF. CEFAS PINTO RAMALHO	UDN	424	PREF. MANOEL RUIFINO NETO	ARENA	276	PREF. MARIA SOCORRO DA SILVA	ARENA-1	470
VICE: JOÃO LOPES DA SILVA	PSD	412	VICE: LOURIVAL ABILIO DE SOUSA	ARENA	278	VICE: JOSÉ HENRIQUE SOBRINHO	ARENA-1	470
JÓÃO FIRMINO DE SOUZA	PSD	97	IVAM PINTO RAMALHO	ARENA	74	GERMINIANO LEITE SOBRINHO	ARENA	91
SEVERINO LEITE DOS ANJOS	PSD	77	ARISTIDES LEITE FERREIRA	ARENA	49	MARIA MERCEIS DA SILVA	ARENA	81
ANTÔNIO GOMES DANTAS	PDC	69	LUIS FERREIRA	ARENA	47	MANOEL VENCESLAU DIAS	ARENA	85
JOSÉ SILVA SOBRINHO	PDC	68	ANTÔNIO LEITE DA SILVA	ARENA	39	JOAQUIM LUIS PEREIRA	ARENA	78
JOSÉ JOB DA SILVA	UDN	62	FRANCISCO ENÉAS DE SOUSA	ARENA	27	VIDAL ANTÔNIO DA SILVA	ARENA	75
PEDRO MIGUEL DA SILVA	UDN	58	LUIS SAMUEL DE SOUSA	ARENA	24	BRAZ FRANCISCO DE SOUSA	MDB	54
PEDRO FRANCISCO DE SOUZA	PL	54	JOAQUIM DIONÍSIO TAVARES	ARENA	22	JOSÉ TRAJANO DE SOUSA	ARENA	54
1966 a 1969			1972 a 1976			1982 a 1988		
PREF. IVO PINTO RAMALHO	PMB	394	PREF. LUIZ ABILIO DE SOUSA	ARENA-2	470	PREF. ERMETO NUNES DA SILVA	PDS-1	569
VICE: JOSÉ RUIFINO DOS SANTOS	PMB	394	VICE: JOSÉ LEITE DA SILVA	ARENA-2	470	VICE: GEMINIANO LEITE SOBRINHO	PDS-1	569
MARIA DE LOURDES DA SILVA	MDB	97	VIDAL ANTÔNIO DA SILVA	ARENA	201	ALVARO ANTÔNIO DA SILVA	PDS	119
PLÍNIO SUDÁRIO DE SOUSA	MDB	71	EGÍDIO FERREIRA DA SILVA	ARENA	187	ANTÔNIO AGLAULTON RAMALHO	PDS	108
JOSÉ HENRIQUES SOBRINHO	ARENA	69	JÓÃO BENTO DA SILVA	ARENA	114	JOSÉ RUIFINO SOBRINHO	PDS	100
JOSÉ GALDINO FILHO	ARENA	64	PEDRO JOB DA SILVA	ARENA	75	VIDAL ANTÔNIO DA SILVA	PDS	98
MANUEL CALISTA DA SILVA	ARENA	64	IVAM PINTO RAMALHO	ARENA	71	BRAZ FRANCISCO DE SOUSA	PDS	92
ARCEMIRO ALEXANDRE DA SILVA	MDB	59	JOSÉ SILVA SOBRINHO	ARENA	68	JOSÉ HENRIQUES SOBRINHO	PDS	90
ARSÊNIO ALVES DO NASCIMENTO	MDB	58	JOSÉ ANGELO DA SILVA	ARENA	56	JÓÃO BENTO DA SILVA	PDS	84

GESTÃO: JOÃO BOSCO CAVALCANTE 2005/2008

Fonte: Prefeitura Municipal de Serra Grande, 2008.

A Figura 13 representa em ordem cronológica os governantes durante o período de 1962, que foi a primeira eleição realizada no município de Serra Grande, até o ano de 1988. Nessa placa há a descrição dos prefeitos (as) e seus respectivos vices e os vereadores eleitos. Há também o número de votos que cada político recebeu para ser eleito pelo povo.

Após a independência e autonomia política municipal começou a se desenvolver cada vez, através da chegada de calçamento em algumas ruas e organização do espaço urbano. As ações eram lentas e graduais, típicas de municípios interioranos, em que os recursos, geralmente são escassos e os gestores nem sempre, conseguem atender a todas as demandas municipais.

O município de Serra Grande com 61 anos de idade, com mais de meio século de existência e os registros fotográficos de épocas pretéritas, demonstram o processo de urbanidade, a partir do melhoramento de ruas que na época da emancipação ainda eram barreadas. Foi feito um compilado de imagens para ajudar na compreensão desse processo (Figuras 14 a 21).

Figura 14 - Rua João Silva Sobrinho antes



Fonte: Serra Grande Online, 2011.

Figura 15 – Rua Vicente Leite de Araújo antes



Fonte: Serra Grande Online, 2011.

Figura 16 - Rua João Silva Sobrinho atual



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Figura 17 – Rua Vicente Leite de Araújo atual



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Figura 18 - Rua Pedro dos Santos antes

Fonte: Serra Grande Online, 2011.

Figura 19 - Rua Tomé Pereira dos Santos antes

Fonte: Serra Grande Online, 2011.

Figura 20 - Rua Pedro dos Santos atual

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Figura 21 - Rua Tomé Pereira dos Santos atual

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

As Figuras 14, 15, 18 e 19 mostram algumas ruas do município de Serra Grande após a sua emancipação política, no entanto, não há uma data específica de quando foram registradas, as demais figuras 16, 17, 20 e 21 mostram atualmente como se encontram as mesmas ruas que foram fotografadas há muito tempo.

Estes aspectos físicos da parte central do espaço urbano, na sede do município, demonstram significativas mudanças, tanto na paisagem urbana, quando na dinâmica espacial, pois o espaço geográfico da circulação, mesmo que seja em cidades pequenas, geram um impacto na vida das pessoas. Em questões econômica e ambiental, o município de Serra Grande é uma localidade turística, atualmente possui o título de município com mais cachoeiras da Paraíba, a imagem 22 ilustra sobre a beleza natural contida nessa localidade.

Figura 22 – Cachoeiras naturais em Serra Grande/PB



Fonte: Geografia da Paraíba, 2021.

O município pode não ter crescido tanto em seus 60 anos de existência, mas o fato de ter se emancipado, passou a fazer parte de uma organização política mesorregional, estadual e nacional, tendo o direito político e econômico de fazer parte das estruturas municipalistas e federalistas do Brasil, sendo uma unidade político territorial e administrativa que participa das partilhas financeiras e fiscais do país, obtendo recursos tanto do governo estadual, quando do tesouro nacional, sendo beneficiado com políticas públicas e recursos indispensáveis a gestão pública municipal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação territorial é de suma importância para um município, pois é um processo condicionado por diversos fatores e que está intrinsecamente relacionado com a patrimônio imaterial de uma sociedade. Portanto, nesse trabalho foi analisado como se deu o processo de formação territorial do município de Serra Grande – PB e o seu processo de emancipação política.

Através da pesquisa realizada, podemos afirmar que para a formação territorial do município de Serra Grande vários fatores foram condicionantes para o desenvolvimento local e sua independência política. O primeiro fator para o processo de formação territorial do município foi a atitude de doação de terras para o patrimônio de São José, realizado por Tomé Pereira dos Santos, Vicente Leite de Araújo e Pedro dos Santos, sendo Tomé o idealizador. O documento de doação de terras é datado de 1900 e segundo os dados extraídos do IBGE os resquícios de formação do município tem data aproximada de 1816.

Serra Grande foi idealizado por Tomé Pereira, era de seu interesse estimular o desenvolvimento local para um dia se tornar cidade, isso é percebido na fala dos entrevistados. No processo de formação e desenvolvimento local, temos que as atividades econômicas realizadas na época, a religiosidade e as relações políticas foram aspectos relevantes para a sua emancipação política e a elevação para o grau de município.

Serra Grande passou por dois outros nomes, que foram: Timbaúba e Ibitirussu, e esteve vinculada ao atual município de Itaporanga – PB. O seu desmembramento territorial do município de Itaporanga – PB se deu através da lei estadual nº 2619 de 13 de dezembro de 1961, o prefeito da época foi José Cordeiro Leite, indicado pelo governador da época, que era Pedro Gondim. A primeira eleição democrática aconteceu em 1962 e teve como primeiro prefeito eleito com pelo povo Cefas Pinto Ramalho e o vice sendo João Lopes da Silva com o total de 424 votos.

Desse modo, os objetivos da pesquisa foram alcançados e podemos concluir que esse trabalho é de grande valia para o município de Serra Grande, visto que não há documentos oficiais que narrem o seu processo de formação territorial e de emancipação política, o trabalho realizado também possibilitará com que as próximas gerações conheçam mais sobre Serra Grande/PB.

A ideia é considerar esse, como um dos primeiros estudos de Geografia Política para o município de Serra Grande/PB, que possa servir de referência para outros estudos. A Geografia Política cumpre papel importante, tanto em argumentos teóricos, quanto conceituais, para estudos empíricos e de situações territoriais como a formação dos municípios a partir de fragmentação territorial e disputas políticas locais.

Os dados disponíveis no portal do IBGE foram fundamentais no estudo, mais a participação popular de pessoas chave nesse estudo, deram maior realidade aos fatos, que poderiam se perder, sem a pesquisa e o cuidadoso trabalho de entrevistas e ouvir as pessoas que viveram o processo de emancipação política e formação do município de Serra Grande no Sertão da Paraíba.

Todo estudo deixa lacunas e brechas para diferentes interpretações. Aqui estão apenas alguns pontos de vista e dados sistematizados para a pesquisa de conclusão dos cursos de licenciatura em Geografia pela UEPB, mas a ideia é dar continuidade e com o aprofundamento do estudo em cursos de especialização e mestrado, além de poder ter dado um ponto de partida para outros estudos sobre Serra Grande/PB.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE. In: BRAGA, Christiano et al. **Territórios em movimento: Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume dumará, 2004.

Alberti, V., & Pereira, A. A. (2009). **Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa**. *Anos 90*, 15(28), 73–98.

ANDREASSA, Luiz. O que é política? **Politize**, 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/o-que-e-politica/>>. Acesso em 08 de maio de 2023.

ANTUNES, Marcelo Garcia. Espaço, Poder E Nação: A Constituição Do Estado-Nação Contemporâneo No Mundo E No Brasil. **Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente**, v. 03, n. 10, p. 5-31, jan-abr/2019.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil LTDA. 1993.

BEZERRA, Josineide da Silva. **NOVOS MUNICÍPIOS, VELHAS POLÍTICAS: PRÁTICAS DE EMANCIPAÇÃO DISTRITAL E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO POLÍTICA NA PARAÍBA (1951-1965)**. 2016. Tese (Doutorado) - Curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1967**. Brasília, DF, 2001. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp01.htm >. Acesso em: 08 de maio de 2023.

BRASIL. **LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm >. Acesso em: 08 de maio de 2023.

CASTRO, Iná. Geografia Política: territórios, escalas de ação e instituições: Rio de Janeiro: Bertrand, 2005 (PDF) <Castro, Iná Elias, Geografia e Política.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2023.

CUNHA, Rosimere de Lourdes Estevão. APROPRIAÇÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO ESTADO DA PARAÍBA. In: Encontro nacional de geógrafos. 19. 2018, João Pessoa. **Anais eletrônicos**. ISBN - 978-85-99907-08-5. Disponível em: <<http://www.eng2018.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=16>>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

FILHO, Elder Prudente. Barbosa. O superdimensionamento do número de municípios pós redemocratização: uma análise de suas consequências. **Brasil escola**, 2014. Disponível em:< <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/o->

superdimensionamento-numero-municipios-pos-redemocratizacao.htm >. Acesso em: 08 de maio de 2023.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar seu projeto de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/serra-grande/panorama> >. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017 (PDF). Disponível em: <Livro regiões geográficas imediatas IBGE 2017.pdf >. Acesso em 13 de abril de 2023.

MAGALHÃES, João Carlos. EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE MUNICÍPIOS NO BRASIL. In: CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata et al. **Dinâmica dos municípios**. ed. Brasília: Ipea, 2007.

MARQUES, Vinícius. Zona Rural e Zona Urbana. **Toda Matéria**, 2020. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/zona-rural-e-zona-urbana/> >. Acesso em: 6 de maio de 2023.

MARTINS, Hebert Toledo. A Fragmentação do Território Brasileiro: a criação de novos estados no Brasil. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 35, p. 263-288, jul./dez. 2001.

MOREIRA, Emília. Estrutura do território municipal paraibano: Na busca das origens. **Cadernos do logepa**, v. 02, n. 1, p. 81-93, jul-dez/2003.

OSHIO, Raquel. Tipologia das cidades: urbano, megacidade, metrópole e distrito. **Estratégia vestibulares**. 2019. Disponível em: <https://vestibulares.estrategia.com/portal/materias/geografia/tipologia-das-cidades>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

PENA, Rodolfo F. Alves. Qual a diferença entre cidade e município? **Mundo educação**, 2020. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/qual-diferenca-entre-cidade-municipio.htm#>>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Amarolina. “O que é hierarquia urbana?”; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-hierarquia-urbana.htm> >. Acesso em: 24 de maio de 2023.

SANTOS, Elisama de; et al. **CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS POR EMANCIPAÇÃO DE DISTRITOS – TERRA NOVA DO NORTE**. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7, 2014, Vitória. Anais Eletrônicos. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404338217_ARQUIVO_ARTIGO >.

CRIACAODEMUNICIPIOSPOREMANCIPACAODEDISTRITOSTERRANOVA DONO RTE_1_.pdf >. Acesso em: 13 de maio de 2023.

SANTOS, K. L. de A.; BEZERRA, J. A. UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DE CAICÓ: ASPECTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS. **Revista Tocantinense de Geografia**, [S. l.], v. 11, n. 24, p. 98–118, 2022. DOI: 10.20873/rtg.v11n24p98-118. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/12180>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

PARAÍBA. **Lei N° 2.619 de 13 de dezembro de 1961**. Cria o Município de Serra Grande e dá outras providências. João Pessoa: Diário Oficial, 1961. Disponível em: <<https://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2023.

APÊNDICE A – MODELO DA ENTREVISTA

Nome: _____ Idade: _____ Profissão: _____

Data: __/__/____ Endereço: _____

Tempo de vivência no município: _____ Escolaridade: _____

Eixo temático: Socioeconômico

- 1) Você sabe quais foram as primeiras famílias que habitaram as terras serra-grandenses? Como foi que ocorreu o povoamento do local?
- 2) Quais as suas maiores lembranças de serra grande antes de se tornar cidade?
- 3) Como eram as formas de subsistência nos anos anteriores a 1961?
- 4) Havia feiras livres? Se sim, como eram? Onde aconteciam? Como funcionava?
- 5) Você sabe narrar como foi o processo para Serra Grande tornar-se cidade?
- 6) Há algo que você deseja acrescentar sobre a história de Serra Grande?

Eixo temático: Religioso

- 1) Qual é a sua religião? Você se lembra de como ela surgiu no município?
- 2) Como foram as primeiras formas de culto? Onde aconteciam?
- 3) Você lembra qual foi o primeiro templo religioso construído na cidade? Como se deu esse processo de construção?
- 4) Você tem alguma lembrança acerca desse tempo? Deseja acrescentar alguma informação que você considera importante?

Eixo temático: Político

- 1) Como funcionava a organização política antes da emancipação política?
- 2) Você sabe como se deu o processo de emancipação política do município?
- 3) Você acha que contribuiu para a emancipação política do município? De que forma

APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevistada: C. M. C

Não tem cidade sem religião, não tem cidade sem um padroeiro. Minha avó contava que quando Serra Grande começou, havia um padre, que foi o primeiro na nossa cidade, o nome dele era Padre Joaquim Dionísio, lá da cidade de Itaporanga. A igreja era na casa de meu padrinho Tomé, as missas, casamentos e batizados aconteciam a cada seis meses. As pessoas depois de um tempo se reuniram e resolveram fazer uma capela particular e depois doaram para a diocese.

Quem começou a lutar por isso foi meu padrinho Tomé, isso faz muito tempo, pois a primeira missa na capela aconteceu quando São José aqui chegou, foi no ano de 1918. Me lembro que para construir a primeira capela, todos contribuíram de alguma maneira, nem se quer uma carroça de pau, as mulheres traziam areia na saia, os homens com um moi de telha no ombro, um moi de tijolos, foi a vontade do povo, o povo dizia nós faz, nos chegar lá.

O finado Zé Tomé era mestre, muitos chegavam com uma oferta, a capela não era muito pequena não, o povo comentava que era uma das maiores capelas da região, o padre pedia: “Não vamos construir uma capela muito pequena e estreita não, porque aqui ainda pode se tornar uma matriz” e o povo dizia: “Home, por favor.”. Quando foi construir a capela só havia 3 casas ao redor. Uma era a casa do finado zé Trajano, outra era pertinha da igreja onde morava João Chico (perto da casa paroquial)

Procissão? o povo não sabia o que era, a primeira foi através de João Cartaxo, um padre que passou por aqui. As formas de rezar eram as novenas, os terços, rezava para todo tipo de santo, São Sebastião, Nossa Senhora da Conceição, São José, tudo isso na casa de meu padrinho Tomé. Depois que foi construída a capela, passou tudo para a capela, tinha os noitários. As coisas eram difíceis, não tinha ajuda de nada, era a força do povo mesmo, continuou do mesmo jeito, o padre vinha de seis em seis meses para fazer as celebrações, mas o povo ficava rezando, o mês de maio e dos santos que eu já falei.

Os padres antigamente não descobriram a festa da sagrada família e festejava São José, a primeira imagem quem deu foi meu padrinho Tomé e foi a da sagrada família, que só foi descoberta depois por Padre Querino. Desse modo, foi introduzida

a festa da sagrada família, que depois veio a ser o Santo Padroeiro da cidade. Assim, com ele,

Madrinha Tonha, dizia: “Tomé, para com essa história de cidade, sempre não faz!”, aí ele dizia: “Tonha, eu tenho fé em Deus que aparece homem para botar minha cidade para frente, eu tenho essa fé em São José e na Sagrada Família.” Tomé tinha a intenção de fundar uma cidade, foi Tomé Pereira, Pedro dos Santos e Vicente Leite de Araújo que doaram os terrenos. O povo trabalhava nas terras doadas, mas pagavam a renda para a igreja.

Em relação às feiras, foram assim, aqui na região não tinha feira, o povo ia fazer em Santa Fé e no Aguiar. O filho mais velho de Tomé era Cosmo e o encostado a ele era Crispim e a filha era Maria Antônia, a minha avó. O mais velho resolveu fazer uma feira, com rapadura, um pouquinho de farinha e café, era coisinhas poucas, a primeira foi lá no colorau. No primeiro dia, houve uma briga danada, então mudou-se para o centro.

Lá no colorau tinha um pé de timbaúba, debaixo de um peção de timbaúba. Aí deram o nome de Timbaúba. Só passou a ser Serra Grande quando passou a ser cidade, teve o nome Itabiruçu, mas o povo não aceitou muito.

Antes de passar a ser cidade, já tinha um açude, um comércio grande e um motor de luz que era movido a querosene, essas coisas foram feitas por doutor Pitanga. Nessa época, era distrito. Os comerciantes eram Pedro Carnaúba, Seu Dondeca, João Estevão e outras pessoas, o lugar era super lotado, vinha muita gente.

Eu assisti no dia da posse, era dia 13 de dezembro de 1961, vieram muitos deputados e políticos, entre eles, Balduino de Carvalho, Pitanga que era o prefeito de Itaporanga, muitos falavam e discursavam, aí o deputado Zé Cavalcante dizia: “VIVA SERRA GRANDE INDEPENDENTE” e eu ali mais mãe próximas, era uma festa grande.

Doutor Pitanga vinha todo mês, pois Serra Grande era Distrito de Itaporanga, ele tinha um homem de confiança aqui, era Aristides Leite, mas na eleição, seu Cefas ganhou e durante dois anos, Caiana foi distrito daqui e a cota de votação dependia de lá também.

O primeiro prefeito eleito na nossa cidade foi Cefas Ramalho, ele disputou com Aristides e venceu. Depois teve a outra eleição e seu Ivo Pinto Ramalho venceu

Minha avó contava que o pessoal foi tomando gosto e foi construindo casas e assim foi dando origem a uma rua, não era grande, mas era uma ruazinha. Chegou

aqui na Época um homem chamado Antônio Ramalho da cidade de Conceição, trabalhou muito, era só fazendo casa e vendendo, a Câmara Municipal foi uma das casas construídas por ele.

Um grande nome na nossa história é o Plínio Ramalho, que trouxe a escola, era o irmão de Cefas Ramalho, ele era um homem de governo. Foi surgindo muitos comerciantes e sendo povoada até chegar a cidade.

Quando Padrinho Tomé morreu, as rezes ficaram por conta de tio Job, Tio Zé Tomé e Zé Trajano. Era muito festeja, tinha a banda cabaçal, vinha muita gente, no dia de missa vinha gente do Rio da Corda, Santa Fé, Bonito de Santa Fé. Frei Damião veio duas vezes, a primeira passou 5 dias e na outra passou 3. Era muita gente de canto a canto, o mundo ficava tapado de gente.

Quando Lampião passou aqui minha mãe era solteira, ele até colocou fogo na casa de Benedito Leite, era uma loja, povo corria e escondia tudo nos lajeiros. Padre Nazário foi quem celebrou a primeira missa, ele era de piranha velha.

Padre Joaquim Dionísio, Moraes, Nazário, Padre Luís, Nicolau Leite, João Cartaxo, Linhares, Querino, José Manoel e, atualmente, Padre Walter.

Severino dos Santos, era o pai de Tomé, tinha dois engenhos, era um homem rico, tinha propriedade que ninguém sabia nem o tamanho, era daqui, mas a madrinha Antônia era de Piancó. A família Tomé toda vida foi daqui. Minha mãe disse que Tomé tinha problemas de saúde. No ano de 35, eu tinha 5 anos e assim conheci minha madrinha Toinha.

Entrevistado: A. T. S

Quando Lampião passou por Serra Grande, ele botou fogo na loja de Benedito Leite, o pai de Aristides (homem influente na cidade de Serra Grande), no pai de João Dionísio e isso estava relacionado às botijas, que o povo tinha medo de serem roubados e acabava escondendo seus bens.

A emancipação política de Serra Grande aconteceu em 13 de dezembro de 1961, na época, o governador era Pedro Moreno Gondim. O prefeito interino foi José Cordeiro Leite e o primeiro constitucional foi Cefas Pinto Ramalho e logo após foi Ivo Pinto Ramalho, o governo de Cefas foi suspenso e quem assumiu temporariamente foi João Leite da Silva. A primeira eleição foi em 1962, nesse tempo, São José de Caiana pertencia a Serra Grande. Depois do mandato de Cefas e Ivo, Ivo apoiou

Socorro, mas não chegou a ganhar. Aqui só houve um mandato de prefeito e logo depois separou-se. Aristides Leite era situação com o governo do estado, já Cefas era oposição. Na divisão, Aristide optou por um município pequeno, pois planejava se candidatar para governar a cidade e acreditava que uma cidade pequena era mais fácil de administrar. Houve também brigas políticas na época, só não morreu gente, mas andou perto nos tempos de eleições.

As feiras livres já existiam antes mesmo de se tornar cidade. A inauguração do primeiro açude foi em 1957, no mandato de Doutor Praxedes Pitanga, prefeito da cidade de Itaporanga, a construção do mercado público também aconteceu no mandato desse prefeito, tinha o mercado e tinha a feira, e nesse tempo, já era distrito.

Nas feiras, vinham muita gente! O mercado era cheio de banqueiros, tinha o povo daqui: Ermeto, João Estevão, José Vicente, Hilário Sudário, Noel (Tio de Asa Branca), Muçu (Vendia fumo e vendia sandália). Aqui tinha os miçangueiros, as bancas eram chamadas de miçangas. Tinha outros comerciantes de fora: Pedro Carnaúba, Deri, Jó Misso, Joaquim, Gabila Soares, João Júlio (do Caiana, ele tinha uma banca de tecido), as feiras eram todo sábado e a primeira barraca era de palha.

As famílias fundadoras foram Tomé Pereira, o mediador para criar a vila que hoje é Serra Grande, Pedro dos Santos e Vicente Leite de Araújo. Eles se reuniram e os três combinaram de cada um doar uma parte de terra ao patrimônio da igreja, foi a doação como patrimônio de São José.

Por aqui não tinha muita água, as pessoas buscavam água nas cacimbas para o consumo de caça, era uma fila muito grande, o povo esperava em fila a água minar. Depois de construir o mercado público, as festas aconteciam lá, o povo cercava com arame. E as brigas políticas eram simplesmente por poder. A família pioneira foi a Tomé Pereira.

Aristides Leite concorreu às eleições municipais com Cefa Ramalho, só que acabou perdendo. O policiamento na região era muito pouco, o delegado daqui era Cabo Siqueira, da cidade de Princesa Isabel. Antes de ser cidade que não tinha policial e era indicado, foi Laurindo Pereira Feitosa, delegado de patente e morava na cidade, Laurindo era do Ceará, mas veio para cá e casou-se com uma mulher daqui.

Meu bisavô, finado Manoel Trajano, é da região de Pombal, era catando boi na região da paraíba, quando era na época de inverno eles traziam gados para aqui, de Pombal para aqui, meu avô era solteiro nessa época, era bem antes de ser cidade. Meu bisavô Manoel Trajano acabou comprando terras aqui e por aqui ficou, depois

outros homens da minha família casaram-se com mulheres daqui. Poucas pessoas tinham gado aqui, então eles vinham vender e arrendava roça, tinha muita conservação da natureza, lembro que havia mais de 21 olho d'água.

Os primeiros engenhos daqui foram dos Trajanos, na manga velha tinha o de padrinho Mané Trajano e João Trajano no sítio Quixabeira e os Ramalhos tinham engenho no Aguiar. Já as farinhas eram de responsabilidade dos Candinhas, João Candinha tinha uma casa de farinha, Vicente Candinha tinha uma casa de farinha, Antônio Candinha tinha uma casa de farinha lá no Simião e José Rufino tinha uma casa de farinha lá na Lagoinha, sua mulher era da família candinha. Eles produziam em grande quantidade e vendiam, os tropeiros vinham de Aguiar, Igaracy e até de Pombal o povo vinha para comprar farinha e rapadura aqui. Serra Grande produzia essas coisas de alta qualidade. A economia daqui era baseada no algodão, rapadura e farinha. Os engenhos eram manuais, depois passou a ser de motor. Nesse tempo, o povo cuidava da cana-de-açúcar, limpava e deixava pronta para moer. Os ricos eram chamados de senhores de engenho.

Para você ver, havia muitos engenhos por aqui, e a rapadura que produzia era consumida toda, o povo consumia e vinha muita gente de fora, quem tinha engenho aqui era rico. No tempo da moagem e do algodão, que eram do mesmo período, era onde circulava o algodão. Quem comprava o algodão era Exedito Rodrigues de Holanda, de São José de Piranhas, ele tinha uma loja de tecido aqui, e tio Zuzu era seu gerente aqui em Serra Grande. Emprego o povo não tinha, o povo trabalhava na roça os cinco dias da semana.

Nesse tempo o povo trabalhava de graça, era 1 litro de feijão por um dia de serviço, era uma escravidão, o povo trocava uma cuia de milho por um dia de serviço no engenho e o povo não tinha opção, quem tinha dinheiro era os ricos.

Entrevistado: E. N. S

Chegamos aqui no dia 13 de Março de 1958, era Timbaúba, depois passou a ser vila com o nome de Ibitiruçu e depois começou a ser chamada Serra Grande. O primeiro prefeito eleito foi seu Cefas Pinto Ramalho, eleito pelo povo, mas antes teve o prefeito interino, seu Vito Leite. Na hora que passou a ser cidade não teve eleição e depois foi que veio a eleição. A disputa foi entre Cefas Pinto Ramalho e Antônio

Agostinho, essa eleição eu me lembro. Quando eu cheguei aqui já havia outros comércios, tinha o de Zé neco, Aristides Leites e João Abreu, depois apareceu Zé Leandro e Zé Zuza.

Aqui era um povoado, primeiro foi Timbaúba, depois Ibitiruçu e por fim Serra Grande. Quem mandava aqui era Doutor Pitanga no tempo antes de ser cidade, há um açude que foi do governo de Pitanga.

Entrevistada: M. A. S

Quando eu cheguei aqui em Serra Grande era só um povoadinho. Nós trabalhávamos na roça, pai arrendava de 50 tarefas de roça, o dinheiro do meu marido era para emprestar, meu marido tinha gado, bode, tinha umas 300 cabeças de bodes, ele vendia para algumas pessoas que vinham de Cajazeiras. Cansei de tirar leite de umas oito cabras, muitas crianças bebiam leite de criação.

Tinha uma casa muito grande, era como se fosse um armazém. Depois que passou a ser a cidade, foram ajeitando o espaço. Nas feiras, vinha pessoas de muitas cidades, seu José Joaquim, trazia muitos temperos, dizia ele: “Hoje tem tempero pra vender aos aruás”, os temperos era pimenta do reino, cumim, cebola... Minha mãe trazia de 3 a 4 caiga de louça, panelas de barro para vender aqui, minha mãe fazia muitas louças, panelas de barras e potes, copos e pratos.

Muçu vendia chinelo de couro de gado, de bode, de todo bicho. E essas coisas eram levadas para vender no Caiana, que também era um lugar pequeno.

ANEXO – DOCUMENTO DE DOAÇÃO DE TERRAS

Eu, Hormisda Teóculo da Silva, 2º Tabelião Público da Comarca de Itaporanga, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc..

C E R T I D ã O

Certifico, a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o arquivo do Cartório a meu cargo, o livro de Notas nº 1, às fls. 23 a 25, consta a escritura pública do seguinte teor: "Escritura de doação do Patrimônio, que em minhas notas fazem o sr. Tomé Pereira dos Santos e sua mulher Dona Antonia Maria da Conceição, como doadores, e como doado o Patrimônio Glorioso São, digo, como doado o Patriarca Glorioso São José, dêste Lugar "Timbaúba", como abaixo se declaram. Saibam quantos êste público instrumento de escritura de doação virem que sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos, ao primeiro dia do mês de Outubro do dito ano, nêste sitio "Timbaúba", da data de "Capim Verde", do Têrmo de Misericórdia, Comarca de Piancó, do Estado da Paraíba do Norte, em casa de residência do cidadão Tomé Pereira dos Santos, onde fui chamado pelo mesmo Tomé Pereira dos Santos, sendo aí presente dito Tomé Pereira dos Santos e sua mulher Dona Antonia Maria da Conceição, como doadores de um patrimônio nêste sitio "Timbauba", data de "Capim Verde", do Têrmo de Misericórdia, ao Glorioso Patriarca Senhor São José, os quais doadores são pessoas reconhecidas de mim, Tabelião e das testemunhas abaixo assinadas Manuel Leite da Silva e Pedro Alexandrino dos Santos, aquele morador em "São João", e êste residente e morador nêste lugar "Timbaúba", todos dêste Têrmo, pelo próprio de que faço menção e dou fé. E pelos doadores Tomé Pereira dos Santos e sua mulher Dona Antonia Maria da Conceição foi dito, em presença de mim Tabelião e das testemunhas acima declaradas, que faziam doação de um patrimônio, nêste sitio "Timbauba", da data de "Capim Verde", ao Glorioso Patriarca São José, dêste mesmo lugar, tendo dito patrimônio de comprimento as dimensões seguintes: sendo de comprimento ao lado do sul pendente ao nascente, onde plantou o primeiro marco, digo, onde se fez a primeira balisa, com o mar-

cente, onde deu cento e dez braças de comprimento, tendo neste ponto edifi-
 cado uma pedra que fica (incompleta a palavra) e oeste, corre rumo dire-
 to para o poente, do lado do norte, até onde deu cinquenta e quatro bra-
 ças, pondo-se neste ponto o marco de uma pedra, correndo deste ponto ru-
 certo, direito, digo, correndo rumo direito para o sul do mesmo lado do
 poente, onde deu cento e dez braças, e aí plantou o marco de uma pedra,
 correndo deste ponto rumo direito para o nascente, pendente ao sul a en-
 contrar com o primeiro marco, onde deu cinquenta e quatro braças, ficando
 do assim feita a descrição do patrimonio doado ao Glorioso Senhor São Jo-
 sé, deste lugar, sendo avaliado pelos doadores, o sobredito patrimonio,
 na quantia de cinquenta mil reis. E logo pelo mesmo doador foi apresenta-
 do de renda, o qual é do teor seguinte: Estado da Paraíba. Exercício de
 1900. Número - Setenta e seis. Rendas Diversas. As fls. do livro compe-
 tente, fica lançada na carga do Chefe da Estação, a quantia de quatro e
 quatrocentos reis, proveniente do imposto de oito por cento e dez de ad-
 onal sobre cinquenta mil reis, por quanto doaram o sr. Tomé Pereira dos
 Santos e sua mulher Dona Antonia Maria da Conceição, um patrimonio do Gl-
 rioso Patriarca São José, neste lugar "Timbauba", do Têrmo de Misericór-
 dia. Estação de Arrecadação de Misericórdia, em de Outubro de mil novece-
 tos. Pelo Chefe: O Escrivão - P. Neves. E logo pelos doadores me foi dit-
 perante mim e as mesmas testemunhas abaixo assinadas, que faziam doação
~~de~~ ao glorioso patriarca São José, deste Lugar, dentro de u-
 seu sitio "Timbauba", no lugar acima descrito, e com as dimensões já esta-
 belecidas, de sua livre e espontanea vontade. E de como assim o disseram
 outorgaram, e eu, como pessoa pública esta fiz, em nome dêles doadores, e
 qual lí em voz alta e intelegível, perante eles doadores e testemunhas, qu-
 acharem conforme e assinam o doador e pela doadora que não sabe escrever,
 pediu ao sr. João José de Maria, que ao seu rogo assinasse, comigo 2º Tabe-
 lião. Em testemunho: (o sinal público) que uso. O 2º Tabelião do Público
 Judicial e Notas: Abdon Leite da Costa Guimarães. (aa) Tomé Pereira dos
 Santos, João José de Maria, Manuel Leite da Silva, Pedro Alexandrino dos
 Santos.

Era como se continha em dita escritura...

2/11

original; dou f'a

Itapora
Ofício



(22) Segundo Traslado as Fls. 23 a 24-V

do Livro nº (8) Oito deste Cartorio

ESCRITURA DE DOAÇÃO que em minhas notas fazem

Anancio Leite de Araujo e sua mulher, João Miquel da Silva, Antonio Job da Silva, como a baixo se declaram. Saibam quanto esta escritura Publica de Doação virem que aos 12 (doze) dias do mês de outubro do ano de 1.968 mil novecentos e sessenta e (itp) nesta cidade de Serra Grande da Comarca de Itaporanga do estado da Paraíba em meu Cartorio compareceram partes entre se justas e contratadas a saber: de um lado como outorgantes doadores, os senhores Anancio Leite de Araujo e sua mulher Eva Ferreira de Araujo João Miquel da Silva e Antonio Job da Silva, brasileiro, agricultor, domicilia dos e residentes nesta cidade, e de outro lado como outorgado donataria a matriz diocezano de Cajazeiras reprezetada pelo vigario da parouquia de Bonitode Santa Fé digo Bonito de Santa Fé Padre Francisco Tavares Linhares reconhecidos de mim escrivão pelos propios de que trato dou fé e das duas testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, pessoas de cuja indenteidade capacidade juridica o que dou fé perante as quais, pelos outorgantes doadores me foi dito que eram senhores e possuidores de um terreno encravado nas propriedades denominadas timbauba e safundó do municipio de Serra Grande mais cumenos 6 (seis) hereditarias, que consta dos seguintes limites, ao Nascente com herdeiros de Miquel Lourenço da Silva em marcos de pedras ao Norte com os Candinhas e Anancio Leite de Araujo, em marcos de Pedras ao Poente com João Leite da Silva, em estradas, ao Sul com o Patrimônio dita propriedade adquerida por erança de Tomé Pereira dos Santos e compra feita a herdeiros de Vicente Leite de Araujo, conforme escritura publica lavrada nestas notas as fls 72 a 74 do livro nº 6 (seis) deste Cartorio em data de vinte de maio de 1.963. Disse a seguir os outorgantes doadores pelo presente escritura, em melhor forma de direito fazem doação irrepagavel a matriz diocezano de Cajazeiras do imovel acima descrito e caracterizado, para que dele use gose e desponha livremente como seu que fica sendo de hora en diante, obrigando-se pela evicção e prometendo fazer esta doação para sempre, boa, firme e valiosa, trasmitindo-lhes desde ja, todo dominio direito, posse, e ação, que tinha sobre o mesmo imovel pelo outorgado donataria representada pelo seu procurador padre Francisco Tavare Linhares, agradecido aceitar a presente doação nos precisos termos que esta redigido esta escritura que para fins de direito foi dada o imovel doado, o valo (\$ 500,00 novos) dendo deichado de ser recolhido o imposto de Transmissão inter-vivos conforme resa o artigo 4º letra B. do Livro-3 455 de trinta e um 31-12-1.966 foram apresentada as certiões: Certifico para fins acima requeridos, que Anancio Leite de Araujo Antonio Job da Silva residente no municipio de Serra Grande comarca e juridição fiscal. Nada devem ate a presente data aos cofres da fazenda do Estado por esta escritura C. E. de Itaporanga em sete (7-8-1.968) Raimundo Figueiredo

5 de Setembro de 1.968 que revendo os livros de cadastros desta exatoria constatai digo constatei que os requerentes nada deve nesta repartição Coletoria Federal de Itaporanga em 05-09-1.968 Certidão Certifico para o fim acima requerido que os requerentes Amancio Leite de Araujo e Antonio Job da Silva nada deve a Fazenda municipal por esta repartição Prefeitura Municipal de Serra Grande em 28 de Setembro de 1.968 Cicero José dos Santos Tesoureiro. E por estarem assim Justo e Contratados e me ser distribuida esta escritura me pediram que lhes lavrasse esta escritura que lida e achada conforme vai devidamente assina com as Testemunhas Antonio Andrelino da Silva e José Nunes Sobrinho Perante mim Escrivão João Abreu da Silva que o escrevi e assino. Emolumentos desta de acôrdo Gen alei nº 3.358 de 2 de Agosto de 1.965 Serra Grande em 12 de outubro de 1.968 sendo que assina Amancio Leite de Araujo e Antonio Job da Silva Padre Francisco Tavares Linhares

Esta Fiel Com A Original

Serra Grande 16- de Agosto de 1.983

DALCIRA LANDIM RAMALHO= ESCRIVÃO ADHOC

Dalcira Landim Ramalho
Escrivão Ad-hoc.

Serra Grande Cartório Unico Notas

Maria Aglaiva Ramalho
ESCRIVÃ
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL
SERRA GRANDE - PARAIBA

TAXA DE APOSENTADORIA
Recolhido conf. Guia

08298804/0001-20

Serra Grande Cartório Unico Notas
Rua Tomé Pereira dos Santos, S/N
Centro - CEP 58.055

SERRA GRANDE - PB.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



Comarca de Itaporanga

ESTADO DA PARAIBA

2.º Ofício de Notas

MARIA IVETE FONSÊCA PINTO

Livro - - - - -

TABELIÃ

Fis - - - - -

Oficial do Registro Geral de Imóveis

Traslado - - - - -

Avenida Getúlio Vargas, N.º 67
 PROTOCOLADO SOB N.º 5.530
 REGISTRADA= 4.541

Escritura de PÚBLICA DE COMPRA E VENDA.

Data 21 de março de 1.948.

Outorgante s VENDEDORES:- MARCOS JOSÉ DOS SANTOS e sua mulher MARIA RUFINA DA CONCEIÇÃO, brasileiros, casados, êle agricultor, ela doméstica, residentes em "Santa Fé" do termo de Jacobá, dêste Estado.

Outorgado COMPRADOR:- VICENTE JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, casado, agricultor, residente no distrito de Ibiturussú, dêste Estado.

Valôr do contrato QUATROCENTOS CEZENTOS (R\$ 400,00).

Vencimento